

**FACULDADE DE DIREITO DE ITU
FADITU**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ITU
2014**

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2. A INSTITUIÇÃO

2.1. MISSÃO

3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1.1. MISSÃO

3.1.2. JUSTIFICATIVA

3.1.3. OBJETIVOS

3.1.4. PERFIL DO EGRESSO

3.1.5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

3.1.6. FORMA DE ACESSO AO CURSO

3.1.7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

3.2. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

3.2.2. ESTRUTURA CURRICULAR

3.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

3.3.1. INTERDISCIPLINARIDADE

3.3.2. ESTÁGIO

3.3.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

3.3.7. PESQUISA E EXTENSÃO

3.3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

3.4. AVALIAÇÃO

3.4.1. AVALIAÇÃO DO CURSO

4. CORPOS DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

4.1.2. COLEGIADO DO CURSO

4.2. CORPO DOCENTE: PERFIL

4.2.1. PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

4.2.2. CRITÉRIOS DE ADMISSÃO

4.2.3. PLANO DE CARREIRA

4.2.4. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

4.3. ATENÇÃO AOS DISCENTES

4.3.1. ATENDIMENTO AO ALUNO

4.3.2. REGISTRO DE CONTROLE ACADÊMICO

4.3.3. HORÁRIO DE ATENDIMENTO

4.3.4. TIPOS DE BOLSAS DE ESTUDO E FINANCIAMENTO

5. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

5.1. INSTALAÇÕES GERAIS

5.1.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

5.1.2. EQUIPAMENTOS

5.1.3. SERVIÇOS

5.2. BIBLIOTECA

5.2.1. ACERVO - POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO

5.2.2. INFORMATIZAÇÃO

5.2.3. ARMAZENAGEM E ACESSO AO ACERVO

5.2.4. SERVIÇOS

6. ANEXOS



- I. Conteúdos Curriculares – Ementas e Bibliografias das Disciplinas**
- II. Regulamento de Estágio**
- III. Regulamento de Atividades Complementares**
- IV. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)**
- V. Quadro do Corpo Docente**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1.1. **Mantenedora:** Organização Sorocabana de Assistência e Cultura Ltda.

1.1.1. **CNPJ:** 71.863.351/0001-74

1.1.2. **Sócio-mantenedores:** JOSÉ MARIA DUARTE;

ORZILA DUARTE;

MARIA LÚCIA MARINS DIAS CASELI

1.1. **Instituição Mantida:** Faculdade de Direito de Itu – FADITU

1.1.1. **Diretor:** Mário A. Duarte

1.1.2. **Data de Publicação do Ato de Criação da IES:** Decreto nº

64.895/1969, publicado no Diário Oficial da União em 18/07/1969

1.1.3. **Ato de Renovação de Recredenciamento Institucional:** Portaria nº 535, publicada no D.O.U. de 14/6/2013.

1.2. **Curso:** BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.2.1. **Modalidade do Curso:** Bacharelado

1.2.2. **Modalidade de Ensino:** Presencial

1.2.3. **Coordenadora:** Profa. Ms. Denise Lícia Boni de Oliveira

1.2.4. **Duração do curso:** 8 (oito) semestres.

1.2.5. **Prazo máximo para integralização do currículo:** 16 semestres

1.2.6. **Carga horária:** 3.240 horas

1.2.7. **Nº de vagas e turno:** 100 vagas anuais – período noturno

1.2.8. **Local de funcionamento:** *campus* FADITU - Avenida Tiradentes
1817 – Parque Industrial – ITU – SP.

1.2.9. **Contatos:** Telefone: (15) 4024-9500

1.2.10. E-mail: diretoria.academica@faditu.com.br

1.2.11. Home page da Instituição: www.faditu.com.br

2. A INSTITUIÇÃO

2.1. Histórico Educacional da Faculdade de Direito De Itu

A **FACULDADE DE DIREITO DE ITU - FADITU** foi inaugurada em 11 de agosto de 1969, ocupando um prédio antigo, do Seminário Nossa Senhora do Carmo. Mantida pela **ORGANIZAÇÃO SOROCABANA DE ASSISTÊNCIA E CULTURA (OSAC)**, a Faculdade ofereceu ao Ministério da Educação todas as garantias para a abertura de um curso jurídico de qualidade, entre elas um corpo docente formado por excelentes professores, quase na sua totalidade da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

O Padre André Pieroni Sobrinho fundou a **FADITU** contando com o importante apoio da Prefeitura, na gestão do então prefeito João Machado, e de vários segmentos da sociedade ituana, entre eles: a Câmara de Vereadores, a Associação Comercial, o Sindicato Rural, o Lions Clube, o Rotary Clube, a Província Carmelitana de Santo Elias, a Fundação Ituana de Assistência Social e o Instituto de Educação Regente Feijó.

Em 1978 a FADITU transferiu-se para seu atual endereço, à Avenida Tiradentes, no Parque Industrial. Em 1998 ampliou suas instalações para receber novos núcleos de atividade acadêmica: o Núcleo de Pós-Graduação e Extensão (NPGE) e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Em 1999 a Faculdade iniciou seus cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* com qualificação para a docência do ensino superior nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Tributário. Atualmente, inclui as áreas de Direito e Processo do Trabalho; Direito Penal; Direito Ambiental e Direito Público e do Estado.

Desde 2000 o NPJ orienta os alunos da graduação nas práticas iniciais da carreira jurídica, através da monitoração de atividades de estágios externos, que complementem o conteúdo teórico visto em sala de aula. A partir de 2002 o NPJ conta também com o Escritório de Prática Jurídica (EPJ) para o atendimento, na

própria Faculdade, da população em geral, para resolução de conflitos, através de processos jurídicos ou da mediação.

Em 2001 a Faculdade inaugurou seu novo auditório, com modernas instalações de áudio e vídeo para eventos dirigidos tanto à comunidade acadêmica como à população em geral. Em abril de 2002 foi inaugurado, na Faculdade, o Juizado Especial Cível - Anexo FADITU, onde são processadas ações de pequena monta, enquadradas na Lei 9.099, sob o comando do Juiz Marcos Soares Machado, da 1ª Vara de Itu.

Em 2002 a Faculdade inaugurou novas e modernas instalações para as salas da graduação, com capacidade para atender os alunos de todas as séries do curso, além de seu Laboratório de Informática para a produção de trabalhos acadêmicos e para a pesquisa na rede mundial de computadores.

A partir do planejamento estratégico de 2011, houve a formulação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual há a previsão da expansão da IES na oferta de cursos de graduação, procurando-se aderir à experiência do curso de Direito outros que possuam aderência, além daqueles que sejam uma necessidade emergente ao forte desenvolvimento econômico da região.

Tendo formado milhares de juristas, a FADITU orgulha-se em manter a qualidade de ensino, destacando-se entre as primeiras faculdades do país no ensino de novas áreas do Direito, como: Direito Agrário, Ambiental, Biodireito, Direito da Informática, entre outras.

2.2. Inserção Regional

Comemorando 45 anos de existência, a FADITU experimentou, ao longo de sua história, circunstâncias e realidades absolutamente insólitas. Desde sua fundação, aconteceram transformações de toda ordem no cenário externo: mudanças de comportamento, mudanças sociais, mudanças políticas, mudanças de atitude, mudanças tecnológicas e tantas outras. Foi superando esses desafios

que o modo de pensar, planejar e fazer propiciou melhorias e inovações para toda sociedade. De forma similar, a FADITU vem adaptando-se às mudanças, de modo a formar o profissional apto a atender as demandas do mercado e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A dinâmica da conjuntura sócio-econômica, política e cultural atual exige que a FADITU reúna, permanentemente, capacidade para assimilar, adaptar-se e responder às transformações sociais, com a mesma velocidade com a qual a ciência tem evoluído. Essa realidade aponta para a crescente exigência de qualidade na prestação dos serviços que oferece, mesmo porque, desde a sua implantação, a FADITU sempre procurou manter uma participação ativa no desenvolvimento da sociedade à sua volta, essa mesma sociedade que prosperou ao largo de formidáveis transformações: testemunhou um exuberante processo de urbanização, exigiu um avanço político expressivo em prol da democracia, amargou sucessivas crises econômicas mundiais, testemunhou inegáveis avanços sociais, assistiu à aventura espacial do homem, deposita esperança na descoberta do DNA e investe na educação como veículo de ascensão social.

A contribuição de uma instituição de ensino superior para um processo de desenvolvimento do conhecimento não se encerra nos limites da escola, mas alcança, de fato, a sociedade. A ação da FADITU repercute, hoje, positivamente sobre os 14 municípios da região de Itu (Cabreúva, Cerquillo, Conchas, Ibiúna, Indaiatuba, Laranjal Paulista, Piedade, Porto Feliz, Rafard, Salto, São Roque, Sorocaba, Tietê e Votorantim), com os quais a FADITU mantém uma produtiva e profícua interação e com os quais pretende ampliar e qualificar os espaços comuns de atuação.

2.3. Missão, visão e princípios da Faculdade de Direito de Itu.

2.3.1. Missão

A missão por meio da qual a Faculdade de Direito de Itu estabelece para as comunidades interna e externa os seus propósitos, assim como a sua razão de ser, é explicitada pela seguinte declaração:

"Formar profissionais de nível superior para região de Itu e para o País, segundo sua tradição de qualidade, com ênfase nos conhecimentos profissionais específicos, na promoção do aprendizado continuado e na conduta ético-solidária."

2.3.2. Visão

Em consonância com a missão, os valores e os princípios institucionais e com vistas à situação almejada para o futuro, cujo percurso para atingi-la foi estabelecido pelo Planejamento Estratégico 2012-2016 e refletido no presente documento, a Faculdade de Direito de Itu declara a sua visão de futuro para o ano de 2016, a saber:

Tornar-se uma instituição de reconhecida qualidade, em nível local e no país, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- gestão voltada para a eficácia dos seus processos;
- formação diferenciada dos alunos com foco no desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e atitudinais;
- atenção permanente à inovação, no que tange à utilização de ferramentas tecnológicas, assim como à metodologia do ensino e da aprendizagem;
- desenvolvimento do autoconhecimento e da visão de mundo sustentável que caracteriza o fazer institucional.

2.3.3. Princípios e Valores

A Faculdade de Direito de Itu tem como seus valores e princípios:

- I. Ética em todos os níveis de ação;
- II. Respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- III. Permanente articulação das atividades de ensino com as de pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
- IV. Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade;

-
- V. Compromisso com a qualidade, com a formação humanista e com a preparação para o exercício pleno da cidadania ao executar suas atividades;
 - VI. Compromisso com a democratização da educação, no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios;
 - VII. Compromisso com os princípios democráticos e com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e sócio-econômico do país;
 - VIII. Compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente;
 - IX. Liberdade de expressão e comunicação;
 - X. Transparência nas ações.

3. Organização Didático-Pedagógica

3.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A Instituição busca, de forma integrada e coerente, a realização concreta dos objetivos descritos no Regimento Geral, no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, no Projeto Político Institucional PPI, que abordam as políticas institucionais, destacando-se as políticas de ensino, pesquisa e extensão.

3.1.1. Políticas para o Ensino

Para estabelecer diretrizes e induzir operacionalização do ensino de graduação de acordo com os pressupostos estabelecidos anteriormente, são propostas as seguintes políticas:

- a) Promoção de concepção pedagógica focada no aluno, que incentive os estudos autônomos, propicie a mobilização, a integração e a aplicação dos conhecimentos e respeite as peculiaridades e diferenças dos aprendizes.
- b) Capacitação permanente dos docentes nos aspectos didáticos e metodológicos do processo do ensino e da aprendizagem, no

sentido de os tornarem aptos para trabalhar com a concepção pedagógica adotada pela FADITU.

- c) Acompanhamento e análise permanente do Projeto Pedagógico dos Cursos, com o objetivo de avaliar a sua pertinência, atualização e adequação às necessidades de formação exigidas pela sociedade;
- d) Adoção da pesquisa como princípio educativo.

3.1.2. Políticas de Pesquisa

Dentre as diretrizes norteadoras das práticas acadêmicas da Faculdade de Itu, destaca-se a pesquisa como princípio educativo e como princípio investigativo, por meio da qual o aluno é motivado a apropriar-se do conhecimento já existente para aplicá-lo e difundi-lo visando estreitar a relação da instituição com a sociedade e dar o retorno de conhecimento esperado. Assim, a pesquisa é realizada de uma forma muito articulada com o ensino e a extensão.

Dentro da concepção de educação da Faculdade de Itu a pesquisa assume um papel fundamental, pois consiste em meio eficaz de promover o espírito investigativo do aluno incentivando o questionamento, a busca de informações fora da sala de aula, o desenvolvimento da visão sistêmica e, conseqüentemente, da progressiva autonomia intelectual do aluno.

Assim, as políticas de pesquisa obedecerão as seguintes diretrizes:

- a) Pesquisa como princípio pedagógico: Metodologia da aprendizagem proposta para as disciplinas que contemple, obrigatoriamente, atividades de pesquisa de fontes bibliográficas (textos, artigos e livros), para a busca de informações pelo aluno e o retorno do resultado dessa pesquisa, em sala de aula, por meio de atividades de aprendizagem, a exemplo de seminários, debates, ente outras.
- b) Programa Institucional de Práticas de Investigação: Realização de iniciação à investigação, por meio de programa de bolsas (desconto mensalidade ou bolsas fornecidas por instituições parceiras) ou de forma voluntária, onde os alunos desenvolvam temas relacionados à área de conhecimento do curso, preferencialmente voltados para as

demandas da região onde a Instituição se insere, de modo a articular a investigação com a extensão.

3.1.3. Políticas de Extensão

A Extensão como prática ocupa posição estratégica no processo permanente de articulação com a Sociedade integrando as atividades de Ensino e as Práticas de Investigação às demandas sociais. O processo de formação de profissionais da Faculdade de Itu foca não somente o desenvolvimento de competências cognitivas, mas, também, a transmissão de valores que se expressem em relacionamento pautado na Ética, respeito à identidade cultural e comprometimento com a construção de uma sociedade digna e justa.

O estudante, desde o início do Curso, deve ser colocado frente às necessidades e problemas da comunidade, realizando cursos, ofertando serviços, promovendo eventos, divulgando publicações, colocando à disposição da população, os conhecimentos existentes nas áreas de conhecimento dos cursos.

A extensão, portanto, fortalece o vínculo institucional com as organizações sociais e, em acréscimo, traz a realidade externa para o cotidiano da Instituição, constituindo-se em mão dupla de trocas de informação com a sociedade. Assim a Extensão é ponte IES/Sociedade, inserida em tempo real que estabelece conexão entre demandas socialmente exigidas e conhecimentos que emergem do trabalho acadêmico.

É função inerente a qualquer IES, no seu papel de desenvolvimento de capital humano, colocar a serviço da Sociedade profissionais cidadãos socialmente responsáveis, portadores de consciência crítica além de desenvolver atividades que possibilitem a elevação da qualidade de vida da população, vivenciando e participando da resolução dos seus problemas. Reafirma assim seu compromisso com a sociedade no exercício da Cidadania.

Nenhuma instituição, qualquer que seja a sua natureza, pode se eximir da sua responsabilidade de contribuir com o desenvolvimento do país e promover ações de difusão do conhecimento na sociedade, buscando melhorar as condições de vida das comunidades, especialmente as localizadas no seu entorno. Como resultado, o processo pedagógico é também beneficiado, na medida em que os alunos atuam em situações próximas da prática profissional,

experimentando um ensino contextualizado. As Faculdades são instituições nas quais o compromisso com a qualidade passa, necessariamente, pelas atividades de extensão consolidadas e articuladas com o ensino.

As políticas de extensão na Faculdade de Itu obedecem as seguintes vertentes:

- I. Divulgação do conhecimento e da cultura junto à sociedade (por meio dos cursos de extensão universitária);
- II. Ações voltadas para a comunidade (com o objetivo dos alunos aplicarem o conhecimento aprendido no seu processo formativo em prol das melhorias das condições de vida da população).

3.2. Contexto Educacional

A importância da participação da FADITU na formação do ensino superior é vital para o Município, haja vista que há 42 anos vem contribuindo para o desenvolvimento de Itu e toda a região ao seu entorno.

O Município de Itu se destaca pela importância estratégica no Estado de São Paulo e porque não dizer, no País. O bom cenário atual justifica a perspectiva de demanda por profissionais de relações internacionais que atenderão o município e seu entorno. O município apresenta latitude de 23º15'51" sul e longitude 47º17'57" oeste, com altitude de 583 metros. Sua população estimada em 2012 era de 156.982 habitantes, formada principalmente por descendentes de imigrantes portugueses, italianos, japoneses, além de migrantes de outras regiões do Brasil, em especial do Nordeste, assim como, uma forte presença de migrantes do estado do Paraná. Cidade famosa por tudo lá ser de tamanho exagerado, fama inaugurada pelo comediante Francisco Flaviano de Almeida, o famoso Simplício. Em 2010, a cidade completou 400 anos e hoje é um dos municípios mais importantes do Brasil, com sua história e fama, que ajudou a tornar o país numa República. Itu já foi a cidade mais rica do Estado, sendo famosa por nela residirem muitos Barões do Café e autoridades importantes do País.

É o 46º município mais populoso de São Paulo e o 153º no Brasil, além de ser a segunda maior cidade da Microrregião de Sorocaba, atrás apenas de Sorocaba.

A expectativa de escolarização mais elevada, de níveis de qualificação crescente, tem se revelado no comportamento da comunidade de Itu e região, cidade de expressão econômica paulista, detentora de uma significativa infraestrutura sociocultural e uma população atenta às mudanças sociais, políticas e econômicas. Tal afirmativa se faz pela análise da demanda em todos os níveis de ensino e mais recentemente pela continuidade dos estudos e preparação para o mercado de trabalho pela via de acesso ao ensino superior.

O município de Itu ao longo dos últimos treze anos vem vivenciando um gradual e constante desenvolvimento econômico, refletindo também numa maior atuação nas áreas sociais. A Prefeitura de Itu dispõe de uma legislação específica de incentivos fiscais para a instalação de novas empresas ou para expansão das atividades daquelas já instaladas em seu território. Esses incentivos visam, basicamente, diminuir os custos de instalação das unidades de produção e são concedidos aos empreendimentos que cumprirem as disposições do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do município, o PROADES, instituído oficialmente em 6 de março de 1998 pela lei Municipal Nº 4.177.

Nos últimos anos, com incentivos ao desenvolvimento empresarial na cidade, a Prefeitura Municipal de Itu investiu para a chegada de uma série de indústrias que pudessem alavancar a economia local, gerando mais empregos e recursos para a municipalidade. A boa infraestrutura e a logística privilegiada têm atraído empresários, principalmente investimento internacional japonês. Além disso, as empresas recebem incentivos fiscais, como Imposto Sobre Serviços (ISS) com alíquotas que variam de 2% a 5% de acordo com a lista de atividades e isenção de 12 anos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para empresa proprietária do imóvel e de 10 anos às companhias locatárias.

Empresas de diferentes segmentos, como máquinas pesadas, autopeças, retificadoras, tubos e transmissões, inauguraram fábricas em Itu nos últimos anos. Um dos primeiros e maiores investimentos é resultado da aquisição em 2011 da Schincariol pela Kirin Holdings Company, um dos grupos líderes de bebidas do mundo, presente em mais de 15 países. A sede da subsidiária brasileira, Kirin Brasil, em Itu, emprega 3.500 pessoas. O hub logístico, com transporte aéreo, ferroviário, rodoviário, malha que facilita o transporte, além do alto poder aquisitivo dos consumidores e da concentração de universidades, centros de pesquisa e da proximidade com São Paulo são atraentes para os negócios.

Também estão ali três empresas do Grupo Aisin, um dos maiores fornecedores de componentes automotivos do mundo. Empregam 325 pessoas. Aisin Automotive recebeu investimentos de R\$ 258,2 milhões nos últimos três anos, aplicados na produção de componentes e conjuntos de assentos, travas e limitadores de portas. Em 2016 a empresa dará início à produção de peças de motor (bombas de óleo e de água). A expectativa é faturar R\$ 160 milhões.

Há 40 anos no Brasil, a Sumitomo Corporation, uma das maiores tradings do mundo, presente em 65 países, investiu R\$ 130 milhões na Sumitomo DriveTechnologies, unidade instalada em Itu em 2011. A empresa fabrica redutores de velocidade para diversos tipos de equipamentos dos setores de mineração, siderurgia e indústria sucroalcooleira. A empresa tem obtido resultados positivos em virtude do amplo portfólio de produtos e de soluções exclusivas. Sua expectativa é que o faturamento da Sumitomo Drive Technologies alcance R\$ 65 milhões até 2016.

Diante desse cenário de desenvolvimento econômico, principalmente propiciado pela vinda de capital externo para a região, há a necessidade de profissional capaz de analisar o cenário mundial, investigando mercados, avaliando as possibilidades de negócios e aconselhando investimentos no exterior. Nesse contexto, é que se espera que o profissional de Relações Internacionais na promoção entendimentos entre empresas e governos de diferentes países, abrindo caminho para exportações, importações e acordos bilaterais ou multinacionais, bem como na condução das relações entre povos,

nações e empresas nas áreas política, econômica, social, militar, cultural, comercial e do Direito.

Diante das novas exigências sócio-políticas e tecnológicas, que ora se apresentam, em nível regional e nacional é que a Faculdade, através de seus gestores, propõe neste projeto pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta da avaliação ensino-aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso de RI.

3.2.1. Missão do Curso

A missão do curso de Relações Internacionais pretendido pela faculdade se fundamenta na busca da promoção humana. Pretende, assim, preparar pessoas capazes de atuar com responsabilidade, competência e desenvoltura, no âmbito das relações internacionais, a fim de contribuir para a formação de uma nova ética mundial, com base em relações equânimes entre os povos.

3.2.2. Objetivos do Curso

O objetivo fundamental do curso visa oportunizar a educação profissional do bacharel em Relações Internacionais a todas as pessoas interessadas em atuar na área, seja na esfera pública e/ou privada (organismos internacionais, empresas multinacionais, organizações não-governamentais, partidos políticos), bem como na área de ensino e pesquisa.

O curso tem como objetivo específico, fornecer ao bacharel em Relações Internacionais, recursos teóricos, operacionais e metodológicos que o capacite a:

- Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, culturais e científicas entre entidades públicas e privadas, em âmbito internacional;
- Formular, assessorar e avaliar planos, projetos e programas referentes a intercâmbios internacionais;
- Preparar e analisar estudos mercadológicos que favoreçam e possibilitem negócios com outros países;
- Acompanhar a realização e controlar a execução de acordos com entidades estrangeiras;

-
- Produzir análise de risco e de oportunidades de mercado nas áreas macro e micro-estruturais, visando à cooperação internacional;
 - Interpretar situações conjunturais de estruturas regionais, nacionais e internacionais;
 - Acompanhar e relatar para a iniciativa pública e privada situações conflituosas em andamento nos fóruns internacionais;
 - Interagir com uma visão humanista em questões que envolvam aspectos multiculturais de diferentes povos.

3.2.3. Perfil do Egresso

O Projeto Pedagógico Institucional estabelece que, ao longo da sua trajetória de formação, os egressos dos cursos da IES deverão ter desenvolvido, em decorrência da concepção pedagógica e dos princípios teóricos e metodológicos estabelecidos pela faculdade, as seguintes competências gerais:

- Capacidade para identificar, planejar e resolver problemas.
- Capacidade de abstração, análise e síntese.
- Capacidade de investigação.
- Capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.
- Capacidade de trabalho em equipe.
- Capacidade de tomar decisões.
- Capacidade de comunicação oral e escrita.
- Capacidade criativa.
- Capacidade crítica e autocrítica.
- Capacidade para atuar em novas situações.
- Capacidade de organizar e planejar o tempo.
- Responsabilidade social e compromisso cidadão.
- Capacidade de motivar e conduzir na direção de metas comuns.
- Compromisso com seu meio sociocultural.
- Habilidade para trabalhar de forma autônoma.
- Capacidade para formular e gerir projetos.
- Capacidade de empreender.
- Compromisso ético.

-
- Compromisso com a qualidade.
 - Habilidade para buscar, processar e analisar informação procedentes de fontes diversas.
 - Habilidades interpessoais.

O curso de Relações Internacionais pretendido pela faculdade transmite ao seu estudante uma formação técnica e científica sólida que o habilita a interpretar situações complexas no âmbito internacional. A interface entre o contexto interno e externo, seja em negócios da administração pública ou privada, seja em atividades acadêmicas, exige um profissional generalista que domine, sobretudo, as Ciências Sociais e Humanas.

O curso de Relações Internacionais, portanto, forma um profissional que possa atuar como pesquisador, professor, conselheiro, assessor, consultor ou executor nas mais diversas instituições, públicas ou privadas. Para tanto, o curso tem como objetivo preparar um aluno apto a:

- a) constituir um senso crítico para a análise das Relações Internacionais;
- b) elaborar e avaliar informações sobre a conjuntura internacional mediante a construção de cenários;
- c) ter a capacidade técnica, comunicativa e de liderança para estabelecer contatos entre Câmaras de Comércio, Embaixadas, Associações, Organismos Internacionais, Empresas e órgãos governamentais;
- d) avaliar os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e jurídicos em países e/ou regiões;
- e) identificar e avaliar as consequências das crises econômicas e dos conflitos bélicos na comunidade internacional;
- f) elaborar estratégias de ação visando à cooperação, integração, e interações dos mais variados tipos, no contexto internacional;
- g) identificar os objetivos, métodos de operação, padrões e regras de procedimento das Organizações Internacionais (governamentais e não governamentais);
- h) analisar os principais tratados e acordos internacionais;

-
- i) compreender e propor intervenções nas inter-relações entre Estados, instituições, organizações e associações transnacionais;
 - j) utilizar o seu potencial teórico-metodológico na área de ensino e pesquisa em Relações Internacionais.

3.2.4. **Competências e Habilidades**

Ao concluir o curso de Relações Internacionais o profissional estará capacitado para atuar de forma multidisciplinar, tendo domínio e habilidades nas seguintes áreas do conhecimento:

- Noções consistentes de economia, como também do conjunto teórico e prático do comércio exterior, do funcionamento das empresas multinacionais e das organizações internacionais de cunho econômico, além do sistema financeiro internacional e dos atuais mercados mundiais. As disciplinas da área econômica são ministradas no decorrer do curso de acordo com o perfil profissional que o atual mercado procura, ou seja, um analista internacional capaz de acompanhar a rotina de uma empresa multinacional. O bacharel em Relações Internacionais pode atuar também como consultor, assessor, técnico e negociador em processos internacionais;
- Conceitos básicos de Direito Internacional Privado capacitam a interagir com as instituições jurídicas próprias de cada país e na interpretação das particularidades que envolvem contratos, convênios, projetos internacionais e até mesmo com situações que demandem conhecimentos sobre a atuação das personalidades de direito internacional e das instituições jurídicas comuns à comunidade internacional;
- Uma visão sociopolítica e histórica do mundo é uma das habilidades que o estudante adquire pelo estudo das disciplinas de Ciência Política, Sociologia, Antropologia, História e Teoria das Relações Internacionais, o que o habilita para atuar em organizações nacionais e internacionais, interpretando cenários políticos e culturais particulares de cada nação;

-
- Proficiência em língua espanhola e inglesa, devido principalmente ao envolvimento do Brasil no Mercosul, bem como pela regionalização do mercado latino-americano;
 - Aprimoramento instrumental na língua portuguesa, para um melhor desempenho na comunicação e expressão na elaboração de documentos, relatórios e pesquisas acadêmicas voltadas à área internacional;
 - Noções das Ciências Exatas e das Ciências Sociais Aplicadas propiciam ao profissional uma visão organizacional das empresas e um espírito empreendedor, essencial para uma atuação como consultor ou prestador de serviços de assessoria em assuntos internacionais.

3.2.5. Forma de Acesso ao Curso

O ingresso no curso de Bacharelado em Relações Internacionais obedece ao Regimento Geral da Faculdade, com a realização de processo seletivo, fixado pela Diretoria.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constará o curso oferecido, com as respectivas vagas e períodos, os prazos de inscrição, a forma e o período de realização das provas, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

A divulgação do edital, pela imprensa, pode ser feita de forma resumida, indicando, todavia, local onde podem ser obtidas as demais informações. A Faculdade disponibiliza para acesso em seu website “Manual do Candidato” onde constam todas as informações detalhadas acerca do Processo Seletivo de ingressantes, bem como telefones e correios eletrônicos de contato para eventuais dúvidas.

3.2.6. Critérios de Avaliação da Aprendizagem

A verificação do rendimento escolar, feita por unidades de estudo, compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. A

sistemática dessa avaliação e da promoção do aluno é estabelecida anualmente pelo Colegiado de Curso e NDE.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. A apuração e o registro da frequência do aluno e atribuição das notas de aproveitamento são de competência exclusiva e indeclinável do professor.

3.2.6.1. Da avaliação multidisciplinar

Uma das formas de realização da interdisciplinaridade é por meio da avaliação multidisciplinar. A avaliação multidisciplinar, integrante da sistemática de verificação do rendimento escolar, procura diagnosticar se o aluno, ao longo do curso, desenvolveu competências e habilidades para o exercício da profissão, proporcionando-lhe, inclusive, visão integrada e abrangente do currículo, no contexto dos objetivos formulados para o curso.

3.2.6.2. Da revisão de provas:

Do ponto de vista didático é conveniente ressaltar a importância do diálogo entre o aluno e o professor quanto aos resultados da verificação do aprendizado através da devolutiva das provas. O processo de revisão de prova, a ser formalizado por escrito à instância administrativa, deverá ocorrer quando esse diálogo salutar, inclusive mediado pelo Coordenador do Curso, se necessário, tornar impossível dirimir a dúvida levantada.

Alegações subjetivas, tais como procedimento injusto do professor ou de simples insatisfação do aluno com o resultado, não ensejarão curso à tramitação de requerimento de revisão de prova.

Para tanto, as razões alegadas pelo aluno devem ter caráter objetivo, enquadrando-se, exemplificativamente, nas seguintes hipóteses:

- erro de identificação da prova quando fica evidenciado engano na identificação do estudante, autor da prova;
- não coincidência entre a nota atribuída e o gabarito de correção;
- incoerência entre a resposta rejeitada pelo professor e a explicação dada em aula ou consignada em livro-texto; tratamento diferente para respostas idênticas dadas pelos alunos da mesma turma.

Toda prova deve ser assinada e datada pelo próprio aluno como um termo de aceite depois de todas as correções.

3.2.6.3. Da aprovação

- 1) Em qualquer disciplina, o aluno que obtiver, ao final de semestre, média de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) será considerado aprovado, com a possibilidade de dispensa do exame final.
- 2) O aluno que obtiver média semestral abaixo de 7,0 (sete), e frequência igual ou superior a 75% deverá submeter-se ao exame final;
- 3) Será considerado aprovado o aluno cuja média, resultante da nota semestral e da nota do exame final, seja no mínimo 5,0 (cinco), e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- 4) Para a aprovação da monografia, se for o caso, o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

3.2.6.4. Da Reprovação

O aluno reprovado em unidades de estudo poderá cursá-las novamente, nas séries subsequentes, nos termos do Regimento Geral da Faditu . Poderão organizar-se classes ou turmas especiais, em período não necessariamente semestral, desde que assegurado o conteúdo do componente curricular e preservada a qualidade do ensino.

3.2.7. Formas alternativas de Avaliação

A faculdade vem aventando a possibilidade de reformulação da forma de avaliação, cujos critérios poderão ser alterados, tomando-se por base a avaliação por competência.

Evidenciando-se essa necessidade, caberá aos órgãos colegiados institucionais a discussão e deliberação por eventuais alterações.

3.3. Matriz Curricular

O curso propõe uma disciplina introdutória que procure caracterizar noções fundamentais empregados no estudo das Relações Internacionais, apresentada neste projeto com o nome de Introdução às Relações Internacionais.

O ensino das principais correntes teóricas no estudo das Relações Internacionais, incluindo sua aplicação na análise da política internacional, está contemplado nas disciplinas de: Teoria das Relações Internacionais I e II; Processos de Integração Regional.

A história e a análise da política externa brasileira estão contempladas nas disciplinas de História Diplomática do Brasil; Política Externa Brasileira.

A história das Relações Internacionais está contemplada nas disciplinas de: História das Relações Internacionais na Modernidade; História das Relações Internacionais Contemporâneas; História da América.

A análise das instituições políticas e econômicas internacionais está contemplada nas disciplinas de: Geografia do Mundo Contemporâneo I e II; Relações Internacionais Contemporâneas; Organizações Políticas Internacionais; Geopolítica; Política Interamericana; Conflitos nas Relações Internacionais; Agenda Internacional Contemporânea: abordagens sociológicas; Políticas Sociais no Âmbito Internacional.

O estudo de Ciência Política, contendo uma introdução a disciplina e conceitos fundamentais da área, está contido nas disciplinas de: Política e Soberania; Estado, Regimes e Formas de Governo; Política Comparada.

O estudo de Economia, Direito, Sociologia e Filosofia está contemplado nas disciplinas de: Introdução a Antropologia; Introdução a Sociologia; Filosofia; Etnia e Nacionalidade no Mundo Contemporâneo; Sociologia da América Latina; Trabalho e Sociedade; Cultura Contemporânea entre o Local e o Global; Meio Ambiente e Sociedade; Ética e Cultura num Mundo Globalizado.

O estudo de Teoria Política, do século XVI aos nossos dias, está contemplado nas disciplinas de Política e Soberania; Estado, Regimes e Formas de Governo.

Os conceitos de Metodologia aplicada à Ciência Política e Relações Internacionais, está contemplado nos conteúdos de: Política Comparada; Métodos de Pesquisa.

Conhecimentos necessários de estatística e métodos quantitativos estão contidos na disciplina de: Métodos de Pesquisa.

As Relações Econômicas Internacionais serão estudadas a partir dos enfoques oferecidos pelas modernas abordagens da economia política internacional, transversalmente nas disciplinas de Economia Internacional I e II.

Os conteúdos de Economia Brasileira estão presentes na disciplina de Introdução a Economia.

O estudo do Direito Internacional está contemplado em três disciplinas, Teoria Geral do Direito; Direito Internacional Público e Direito Internacional do Comércio.

O projeto do curso contempla, ainda, práticas de idiomas, Português, Inglês e Espanhol, nas disciplinas de: Linguagem, Comunicação e Sociedade I e II; Inglês Instrumental e Espanhol Instrumental.

3.3.1. ESTRUTURA CURRICULAR (RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Matriz Curricular

PRIMEIRO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Linguagem, Comunicação e Sociedade I	40
Política e Soberania	40
História das Relações Internacionais na Modernidade	80
Introdução à Antropologia	80
Introdução à Sociologia	80
Filosofia	40
Total	360

SEGUNDO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Geografia do Mundo Contemporâneo I	80
Linguagem, Comunicação e Sociedade II	40
Estado, Regimes e Formas de Governo	80
Introdução à Economia	40
Introdução às Relações Internacionais	80
História das Relações Internacionais Contemporâneas	40
Total	360

TERCEIRO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Geografia do Mundo Contemporâneo II	80
Relações Internacionais Contemporâneas	80
História da América	40
Economia Internacional I	80
Teoria Geral do Direito	40
Etnia e Nacionalidade no Mundo Contemporâneo	80
Total =	400

QUARTO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Política Comparada	40
Economia Internacional II	80
História Diplomática do Brasil	80
Teoria das Relações Internacionais I	80
Geopolítica	40
Direito Internacional Público	80
Total =	400

QUINTO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Teoria das Relações Internacionais II	80
Cultura e Motricidade	40
Política Externa Brasileira	80
Direito Internacional do Comércio	80
Espanhol Instrumental	80
Métodos de Pesquisa	40
Total =	400

SEXTO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.
Política Interamericana	80
Processos de Integração Regional	80
Economia Internacional II	80
Sociologia da América Latina	80
Inglês Instrumental	80
Organizações Políticas Internacionais	80
Total =	400

SETIMO SEMESTRE		OITAVO SEMESTRE	
Disciplinas	C.H.	Disciplinas	C.H.
Conflitos nas Relações Internacionais	80	Ética e Cultura num Mundo Globalizado	80
Trabalho e Sociedade	80	Agenda Internac. Contemporânea: abordagens sociológicas	80
Cultura Contemporânea entre o Local e o Global	80	Políticas Sociais no Âmbito Internacional	80
Disciplina Optativa I	40	Disciplina Optativa II	40
Trabalho de Curso – TCC I	40	Trabalho de Curso – TCC II	80
Meio Ambiente e Sociedade	40	Subtotal =	360
Subtotal =	360	Estágio Supervisionado II	100
Estágio Supervisionado I	100	Atividades Complementares	200
Total =	460	Total =	460

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	Hora Aula 50 min.	Hora Aula 60 min.
Disciplinas	3.120	2.600
Estágio Supervisionado	200	200
Atividades Complementares	200	200
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	3.520	3.000

3.3.1.1. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

- I. A disciplina de libras está prevista como componente curricular optativo nos termos da legislação vigente (Decreto nº 5.296/2004).
- II. A Educação Ambiental está contemplada no 7º semestre, na disciplina Meio Ambiente e Sociedade, assim como, integrada de modo transversal e permanente nos demais componentes curriculares do curso, nos termos da Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
- III. A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nas disciplinas Introdução à Antropologia e Introdução à Sociologia (1º semestre) e, Etnia e Nacionalidade no Mundo Contemporâneo (3º semestre), abrangente também em outros temas transversais relacionados às políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a igualdade das minorias sociais, como determina a Lei nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004.
- IV. O tema relacionado aos Direitos Humanos, como prevê a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, será contemplado no 1º e 4º semestres, transversalmente, nas disciplinas Política e Soberania e Direito Internacional Público, assim como, integrada de modo transversal e permanente nos demais componentes curriculares do curso.

3.4. Metodologia de Ensino-Aprendizagem

A educação tradicional bancária está dando lugar à chamada **EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA**, definida por Paulo Freire como sendo aquela baseada na concepção de homens que problematizam suas relações com o mundo, fundamentando-se na relação dialógica entre educador e educando, possibilitando o aprendizado de ambos, por meio de um processo emancipatório¹. A Educação Problematizadora também deverá garantir o educar em vez do instruir, que se formem homens livres em vez de homens dóceis, o preparo para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro, ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade².

Em oposição ao processo de recepção passiva, a aprendizagem se faz pela descoberta, através de problemas cujas relações devem ser identificadas e construídas pelo estudante que reorganiza o material, adaptando-o à sua estrutura cognitiva prévia. O problema cria desafios e motiva o aprendiz a entendê-lo e por fim, resolvê-lo.

Esta forma problematizadora de aprender é obrigatoriamente ativa e exige que o estudante seja o principal ator na construção de seu conhecimento. Assim como, só bebe água quem tem sede, só aprende algo quem realmente o quer.

A educação por descoberta ou problematizadora implica numa mudança do paradigma do ensinar para o do aprender. Já que aprender é “tornar-se apto ou capaz de” e ensinar é “fazer com que outro se torne apto ou capaz de”, o aprender, obrigatoriamente, sobrepõe-se ao ensinar. Dessa forma, o aprender adquire uma característica mais centrada no aluno, na independência e na autogestão da aprendizagem. Torna-se, também, voltado para o aprendizado do

¹ CYRINO, E.G. e TORALLES-PEREIRA, M.L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizagem por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Cad. Saúde Pública, maio/junho 2004; 20: 780-788.

² BRIZA, L. Anísio Teixeira: o defensor da escola pública, na teoria e na prática. Revista Nova Escola, número 178, dezembro 2004. Editora Abril.

que realmente é preciso saber, ou seja, aprender para a aplicação prática na vida diária. Valoriza a experiência como rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo, num ambiente adequado e prazeroso. Aprender o que é importante para a vida prática e de forma agradável facilita a memorização e a recuperação posterior do conhecimento.

A adoção da educação problematizadora significativa propicia a mudança da cultura do diploma para o da competência. Os estudantes, hoje, preocupam-se com as notas nas provas para passar de uma série a outra e obter o diploma ao final do curso, que é, hoje em dia, cada vez menos valorizado, o que os leva a buscar cada vez mais certificações. O curso de graduação, não preparando para a vida profissional, torna obrigatório o primeiro curso de especialização, o segundo curso, daí o mestrado, o doutorado, etc.

A educação se tornará efetiva e eficaz se estimular e desenvolver o gosto pelo ato intelectual de aprender e aprender pelo trabalho e para a produção do saber, disponibilizando para a sociedade indivíduos que ao longo de seu curso adquiriram competências em termos de conhecimentos, meta-cognição, habilidades, atitudes e capacidade para o relacionamento interpessoal.

A Educação Problematizadora parte de uma situação problema complexa para em seguida escolher os meios (os conteúdos, as teorias, as leis, os princípios etc.) adequados para sua abordagem e solução. Como se vê, é preciso inverter a crença convencional de que se deve primeiro adquirir conhecimentos para depois usá-los. Ou seja, deve-se aprender fazendo, aprender a partir de situações concretas. Nenhum ensino pode mais pretender só transmitir informações: deve também desenvolver em cada aluno competência para enfrentar situações cotidianas complexas.

Do exposto fica então a questão acerca de quais formas de educação pela descoberta ou problematizadora são passíveis de serem utilizadas. Em resposta a esse questionamento, podem ser elencadas as seguintes opções: problematização, aprendizagem baseada na pesquisa ou projetos, aprendizagem baseada na prática, a aprendizagem baseada em problemas (problem based learning) e a aprendizagem baseada em equipes (team based learning).

3.5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

3.5.1. Interdisciplinaridade

A Faculdade de Direito de Itu entende que a interdisciplinaridade deve ser capaz de fornecer ao acadêmico as condições de construir sua formação de forma abrangente e, ao mesmo tempo, profunda, uma vez deve proporcionar a organização do currículo de forma que os conhecimentos não estejam compartimentalizados, mas sim, que possam integrar-se como algo único, podendo ser vislumbrados sobre múltiplas perspectivas.

Assim, a partir de experiências realizadas entre docentes do curso de Direito ao longo dos últimos anos no desenvolvimento das disciplinas de “Oficinas”, como forma de materialização dos conhecimentos teóricos desenvolvidos, pode-se vislumbrar a necessidade e possibilidade de maior integração curricular entre os diversos componentes da matriz.

Nesse mesmo sentido, foram inseridas no currículo do curso de Bacharelado em Relações Internacionais disciplinas que possam integrar os conhecimentos desenvolvidos em cada componente, criando-se pontos de intersecção em que o educando relacione e integre os diversos aprendizados como algo único.

Para tanto, foram inseridas as disciplinas de “Oficinas Interdisciplinares”, cuja procedimento metodológico fundamenta-se em pedagogias ativas, interagindo conhecimentos de uma ou mais disciplinas, de modo que o aprendizado ocorra de forma dinâmica entre vários componentes curriculares, baseando-se fundamentalmente entre o eixo teoria – prática, gradualmente ao longo do curso.

Para a consecução dos objetivos, a FADITU priorizou o desenvolvimento de atividades conjuntas semestrais, através de eixos temáticos, que levem em consideração o conhecimento prévio que o acadêmico traz, aprimorando-o segundo olhar teórico-doutrinário e preceito éticos.

3.5.2. ESTÁGIO

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da formação acadêmica, tomando por base a noção entre o pensar e o agir, capaz de conduzir ao entendimento desta atividade como momento privilegiado do processo ensino-aprendizagem e como um importante instrumento de integração entre teoria, prática e formação profissional.

As atividades práticas de estágio são obrigatórias e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, na profissão da área do seu curso.

O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino. Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições para a realização das atividades. A instituição poderá recorrer aos serviços de agentes de integração, públicos e privados entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

O Estágio Curricular Supervisionado está disciplinado em regulamento próprio, sendo parte integrante do PPC (anexo).

3.5.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

As Atividades Complementares têm como objetivo estimular o aluno a participar de experiências diversificadas que contribuam para o seu futuro profissional, aproximando-o da realidade e do mercado de trabalho, bem como propiciar aos seus alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar. As atividades Complementares do curso proposto visam estimular a prática de estudos independentes, atualização profissional específica,

desenvolvimento pessoal, relacionamento com outras Instituições e Empresas, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

As Atividades Complementares podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias acadêmicas, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos no regulamento (ANEXO);

3.5.4. PESQUISA E EXTENSÃO

As atividades de Pesquisa e Extensão realizadas dentro do curso de Relações Internacionais acompanharão as definições de atuação na sociedade contidas no PDI. Estas levam em conta as realidades – necessidades e demandas – do entorno social da Faditu, envolvendo, para isto, os discentes, nas ações de intervenção social e seu consequente na formação dos estudantes.

3.5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa científica, sob a forma de monografia, que deve ser elaborado pelos formandos do curso proposto, em caráter opcional, e orientado por professor de sua escolha. Os alunos matriculados no 8º semestre do Curso poderão apresentar ao professor orientador de sua escolha, projeto de pesquisa a ser desenvolvido no 7º e 8º semestres.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo:

- a) estimular a prática da pesquisa universitária, levando o educando à construção do conhecimento;
- b) estimular a produção científica, a prática da consulta bibliográfica especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.
- c) levar o formando a demonstrar o grau de habilitação adquirido.

Nesse processo de elaboração do TCC, competem ao Coordenador de curso as seguintes atribuições:

-
- a) administrar e supervisionar, de forma global, a elaboração dos trabalhos monográficos, de acordo com este Regulamento;
 - b) proporcionar, com a ajuda dos professores escolhidos pelos alunos em fase de iniciação do projeto de monografia, orientação básica para os mesmos;
 - c) receber o projeto de monografia avaliado pelo Professor Orientador, acompanhado do seu parecer de admissibilidade;
 - d) elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de frequência e de avaliação parcial de atividades dos alunos em fase de elaboração de pesquisa;
 - e) exigir, dos Professores Orientadores, a entrega mensal de relatórios parciais de aproveitamento e de frequência dos seus orientandos, em data a ser estabelecida pela coordenação;
 - f) reunir-se, a cada 03 (três) meses, com os Professores Orientadores dos TCC;
 - g) manter um arquivo atualizado com os projetos de monografia em andamento e com aqueles já aprovados por banca examinadora;
 - h) estabelecer o calendário de defesas do TCC e divulgar as respectivas bancas examinadoras.

O estudante deverá indicar um docente orientador, o qual terá as seguintes competências:

- a) fazer a avaliação do projeto apresentado pelo aluno, acompanhando-o de um parecer de admissibilidade, e enviando-o em seguida à coordenação;
- b) reunir-se com os seus orientandos de TCC;
- c) avaliar as atividades dos seus orientandos, sob a forma de relatórios parciais, os quais deverão ser entregues, juntamente com a ficha de frequência destes últimos, à coordenação;

-
- d) declarar apto à apresentação do TCC perante banca examinadora, aquele aluno que alcançar média 05 (cinco) nos relatórios parciais e 75% de frequência nos encontros de orientação;
 - e) presidir a defesa pública da monografia do seu orientando;
 - f) participar da elaboração da ata final de defesa pública de monografias, juntamente com os demais membros da banca examinadora.

A monografia deve seguir formalmente os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT sobre documentação, no que for aplicável. Em termos de seu conteúdo, a monografia deve ter o seu tema vinculado ao curso, inserindo-se nas áreas de conhecimento constantes das disciplinas do currículo pleno do mesmo.

As sessões de defesa das monografias são públicas e as bancas examinadoras são compostas pelo professor orientador da pesquisa na qualidade de presidente, e por dois professores escolhidos por ele.

Os membros das bancas examinadoras, a partir da data de sua designação, devem proceder à leitura das monografias que deverão ser apresentadas com antecedência de 30 (trinta) dias.

Encerrada a etapa da arguição, são atribuídas as notas individuais por examinador, considerando-se o texto escrito, a exposição e a defesa oral na arguição feita pelo aluno. As notas dos examinadores são atribuídas em fichas de avaliação individual para cada item a ser considerado, segundo critérios a serem previamente estabelecidos. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 05 (cinco), na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da comissão examinadora.

O aluno que não obtiver a média 5 (cinco) será reprovado, devendo refazer a monografia mediante orientação e requerer nova defesa.

3.6. Avaliação do Curso

A autoavaliação do Curso é um processo por meio do qual se avalia conhecimentos sobre a dinâmica educacional, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades na melhoria da qualidade da educação no ensino superior. Para tanto, por meio da CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO constituída, informações serão sistematizadas, os problemas e seus sucessos analisados coletivamente, e estabelecidas as estratégias de superação de eventuais fragilidades.

A prática da autoavaliação é um processo que permite o aperfeiçoamento dos docentes, discentes e corpo administrativo, bem como a melhoria na relação com a comunidade externa.

A autoavaliação do curso deve identificar o perfil do curso, o significado de sua atuação, as atividades desenvolvidas, os programas e os projetos, considerando os seguintes aspectos:

- I - Organização Didático Pedagógica
- II - Corpo Social
- III – Infraestrutura

A autoavaliação do curso poderá utilizar a proposta do ENADE considerando o questionário aplicado aos alunos e o questionário do coordenador. Com esse novo sistema, o curso passa a agregar mais um componente auto-avaliativo.

Os produtos passíveis de autoavaliação conformam-se de maneira variada, tais como:

- Questionários e entrevistas semiestruturadas;
- Reuniões com os representantes de classe e relatos de experiência;
- Retorno da ação e eventuais entrevistas individuais com docentes,
- Reunião pedagógica com os professores;

Cabe também ressaltar que os agentes que participam da avaliação devem desempenhar um papel de mediador no processo de construção do ensino superior de qualidade, incorporando o desafio de um aprendizado permanente

onde todos possam contribuir na construção das necessidades formativas, dimensionando assim a identidade do corpo discente.

Ao final de cada ciclo avaliativo, o coordenador elaborará o Relatório Anual do curso visando responder às exigências permanentes de um ensino de qualidade esperado pelo corpo discente consubstanciado por um corpo docente que fortalece os alunos no seu processo de ensino, pesquisa, e extensão, como também na busca da excelência dos servidores em suas funções administrativas.

3.6.1. Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional

Para realizar a avaliação institucional e a avaliação do curso, existem profissionais destacados dentro da composição que venha atender e garantir a participação de alunos do curso, a fim de verificar a adequação do instrumento de avaliação, conforme as indicações e necessidades de cada curso.

Assim, o aluno tem a oportunidade de sugerir alterações e propor melhorias ao instrumento de avaliação institucional, de modo que as avaliações dos cursos e da Instituição estivessem articuladas.

Portanto, a avaliação do curso permite à Instituição conhecer quais são os pontos fortes da coordenação para, assim, contribuir para o aprimoramento do mesmo, envidando esforços para a permanência e o aprimoramento dos fatores positivos.

Da mesma maneira, a avaliação do curso permite, a partir das exposições feitas pelos alunos, conhecer suas fragilidades e agir de forma a suprir as necessidades percebidas, modificando algumas práticas e revendo cada fator de acordo com as diferentes demandas e realidades de seu público.

Nesse sentido, a avaliação do curso e a avaliação institucional estão vinculadas, na medida em que é por meio da avaliação de cada curso que a Instituição pode conhecer suas potencialidades e fragilidades para, assim, planejar e adotar práticas pedagógicas coerentes com os anseios pessoais e profissionais de seus alunos.

Além disso, o planejamento da Instituição está intimamente relacionado ao Projeto Pedagógico dos cursos. O planejamento é efetivo, porém flexível, visto

que é adequado sempre que se torna necessário. Da mesma forma, os resultados obtidos na avaliação são contemplados no planejamento da Instituição, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

4. CORPOS DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. Gestão Acadêmica

A estrutura organizacional da IES caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas.

Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento dos corpos docente e discente e técnico-administrativo.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com a participação dos diferentes segmentos que constituem a comunidade acadêmica, possibilitando aos setores autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

4.1.1. Coordenação Do Curso

O coordenador do Curso de bacharelado em Relações Institucionais tem por atribuição reunir o Colegiado do Curso e NDE (Núcleo Docente Estruturante) do qual faz parte, planejar e deliberar ações para o bom andamento do ensino e aprendizagem, atuando conjuntamente nos órgãos colegiados para o desenvolvimento do curso.

Nos termos do Regimento Geral da FADITU, o Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor, para um mandato de 2 anos, permitindo-se a recondução, possuindo as seguintes atribuições:

I - acompanhar:

- a) a execução do orçamento da FADITU, em seu Curso, e encaminhar à Coordenação de Graduação eventuais solicitações de mudanças no orçamento para submissão à Diretoria Geral;
- b) as atividades da Biblioteca em relação ao acervo voltado ao Curso;
- c) as atividades da Secretaria Acadêmica, de modo a garantir fidedignidade, eficiência, organização e qualidade de serviços de todos os seus processos, como matrícula, rematrícula, trancamento, transferência, registro e controle acadêmico, expedição de certificados e diplomas, guarda e controle de documentação e todas as demais rotinas inerentes às atividades acadêmicas de seu Curso, no sentido de uniformização de procedimentos;
- d) e avaliar a execução do currículo pleno do Curso sob sua responsabilidade, propondo medidas adequadas ao cumprimento do conteúdo programático e ao alcance dos objetivos propostos e propor alterações nos currículos;
- e) e orientar os estudantes em relação à matrícula, a rematrícula, a transferência, a desistência, o trancamento e o aproveitamento de estudos, no âmbito do Curso, em articulação com a Secretaria Acadêmica;
- f) os egressos do Curso, conforme orientações da Diretoria Geral;
- g) analisar, mensalmente, os relatórios gerenciais emitidos pelos órgãos da FADITU, adotando as medidas necessárias para o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas, e para melhoria contínua dos processos;
- h) apresentar à Diretoria Geral, anualmente, o Relatório Anual de Atividades no âmbito de sua competência no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do ano letivo;
- i) aprovar a oferta de disciplinas em regime concentrado;

II - convocar:

- a) e coordenar as reuniões do Colegiado de Curso, zelando pela sua eficácia;
- b) e supervisionar a fiel execução das atividades programadas, bem como o desempenho dos professores do Curso, inclusive quanto à

assiduidade, pontualidade e adequada ministração e compatibilização dos programas das disciplinas que integram o Curso, emitindo relatório mensal;

- c) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, as normas emanadas da FADITU e da Entidade Mantenedora, e da legislação do ensino;
- d) decidir os casos de natureza urgente, *ad referendum* do Colegiado de Curso, desde que não viole as regras e normas estabelecidas por esse colegiado, e outros Órgãos Legislativos e Executivos Superiores, submetendo-os à apreciação final deste órgão legislativo;
- e) deliberar sobre processos cuja manifestação esteja prevista na organização acadêmica descrita nesse Regimento Geral, ou em normas internas;
- f) elaborar o Plano Anual de Trabalho do Curso sob sua Coordenação, submetendo-o à Diretoria Geral;

III - encaminhar:

- a) à Diretoria Geral, anualmente, conforme cronograma aprovado pela FADITU, os dados inerentes à proposta orçamentária, decorrente do Plano Anual de Trabalho, quanto às necessidades e às atividades do Curso para aprovação, bem como, o Calendário Acadêmico inerente à sua área de atuação;
- b) a relação dos pedidos de monitoria para o seu Curso, quando for o caso;
- c) para aprovação da Diretoria Geral, a distribuição dos encargos de ensino, incluindo a atribuição, ou exclusão de carga horária de ensino entre professores, respeitando os seus respectivos contratos de trabalho e o Plano Anual do Curso;
- d) exercer outras atribuições previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pela Diretoria Geral;
- e) manter articulação permanente entre as disciplinas básicas e profissionalizantes e entre as disciplinas do Curso como um todo, e com as demais Coordenações de Curso objetivando a interface das

áreas, a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a multiprofissionalidade;

- f) opinar, participar e contribuir para o aprimoramento do Projeto de Avaliação Institucional e operacionalizar, no âmbito de sua competência, as atividades da Avaliação do Curso e do Desempenho Docente;
- g) participar ativamente do processo de divulgação do Curso;
- h) prestar informações, esclarecimentos e orientações à comunidade interna e externa, com relação às atividades administrativas e pedagógicas da FADITU e do Curso sob sua responsabilidade;

IV - promover:

- a) a integração entre disciplinas do currículo pleno do Curso sob sua responsabilidade, de modo a possibilitar a consecução do projeto pedagógico;
- b) e analisar estatísticas do processo de ensino e de aprendizagem, de modo a sugerir a efetivação de medidas adequadas à sua qualificação;
- c) em articulação com a Diretoria Geral, as medidas inerentes ao fiel cumprimento dos encargos financeiros dos alunos para com a FADITU;

V - Propor:

- a) à Diretoria Geral alterações nos programas das disciplinas, objetivando compatibilizá-las e integrá-las às reais necessidades de formação qualificada dos alunos do Curso que coordena;
- b) ao respectivo órgão interno competente a realização de programas de pesquisa, de extensão e de estudos especiais, financiados por instituições públicas, privadas ou pessoa física, bem como acompanhar a realização de atividades de pesquisa, monitoria, iniciação científica, extensão e assuntos comunitários, no âmbito de seu curso;
- c) e opinar, junto à Diretoria Geral sobre a admissão, ou dispensa de docentes vinculados ao Curso sob sua responsabilidade;

-
- d) em articulação com a Diretoria Geral, a realização de estudos curriculares e de metodologias de ensino, objetivando a melhoria contínua da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem;

VI - representar:

- a) o Curso no âmbito de sua competência;
- b) por escrito, à Diretoria Geral, sempre que as normas disciplinares previstas neste Regimento, ou atos dos Órgãos Superiores da FADITU, forem descumpridos;
- c) sugerir à Diretoria Geral, programas de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização e capacitação de professores; e

VII - supervisionar:

- a) as atividades da Supervisão de Estágio e do Serviço de Apoio ao Estudante; e
- b) todas as demais atividades que integram o curso, como por exemplo, ciclos e outras, inclusive aquelas que vierem a ser criadas sob a égide do curso que coordena.

4.1.2. Colegiado Do Curso

O Colegiado de curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica. É integrado pelo Coordenador de Curso, que o preside, por 04 (quatro) docentes em exercício e por 01 (um) representante discente regularmente matriculado.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. analisar e propor providências a respeito dos resultados das avaliações, do curso, dos docentes e dos discentes e medidas para a solução dos problemas apontados;
- II. apreciar, emitir parecer ao Coordenador do Curso, ou julgar em caráter terminal os processos e recursos de alunos e professores do curso encaminhados ao Colegiado e que estejam especificamente dentro de suas atribuições, caso contrário, em sendo recursos ligados a ato executivo, encaminhá-los ao Coordenador de Graduação;
- III. aprovar: e avaliar, constantemente, o projeto pedagógico do curso e zelar pelo seu cumprimento; o currículo pleno do curso, para

-
- posterior aprovação da Coordenação de Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE; as metas, projetos e programas para o curso; e as atividades curriculares complementares do curso;
- IV. exercer outras funções e atribuições, na área de sua competência;
 - V. propor: providências necessárias à melhoria da qualidade do curso; mecanismos para a prática da interdisciplinaridade no curso; alteração de pré-requisitos e requisitos paralelos na matriz curricular; por iniciativa própria, ou a convite, projetos de ensino, de pesquisa e de extensão à Administração Superior; por iniciativa própria, por solicitação de seu Presidente, ou da Administração Superior, e de acordo com as normas emanadas pelo CEPE, reformulações curriculares a serem submetidas à apreciação da Coordenação de Graduação, para posterior encaminhamento aos órgãos competentes.
 - VI. supervisionar as atividades didático-pedagógicas do curso; e
 - VII. zelar pela execução das atividades relativas às disciplinas que integram o curso.

4.1.3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante - NDE, de acordo com a Resolução no 01, de 17 de junho de 2010 constitui-se de um segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 5 (cinco) docentes do curso designados por portaria expedida pelo Diretor da Unidade, em comum decisão com o colegiado do curso, para desempenhar essencialmente as seguintes atividades: elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos; estabelecer o perfil profissional do egresso do curso; atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, propondo as correções que se apresentem necessárias à sua integral consecução.

O NDE se reúne, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, em horário apropriado, traduzindo as decisões em Atas, da qual constará a assinatura de todos os componentes.

A relação de professores que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais consta em tabela anexa a este PPC.

4.2. Corpo Docente

Nos termos do Quadro de Carreira de Carreira Docente (dependente de homologação pelo Ministério do Trabalho), assim se enquadram os professores da FADITU:

- I- Professor Efetivo
- II - Professor Colaborador
- III - Professor Honorário
- IV - Professor Associado

Independente do enquadramento, a FADITU privilegiará a contratação de docentes pelo regime integral e parcial.

4.2.1. Perfil

Os docentes que fazem parte do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais possuem experiência docente média de mais de 7 anos no magistério da educação superior, além da experiência profissional em suas específicas de atuação.

Todos os docentes possuem titulação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, possuindo aderência às áreas de conhecimento das disciplinas que ficarão responsáveis no curso.

O curso trabalha a concepção de docência da educação superior como atividade que interliga ensino, pesquisa e extensão como prática pedagógica. Nesse sentido, o docente do curso de bacharelado em Relações Internacionais atuará tanto em atividade de sala de aula, no processo de ensino aprendizagem, como também em atividades ligadas à iniciação científica, orientação de estágio e atividades de extensão, motivo este há a previsão de contratação de docentes com dedicação em tempo integral e parcial

Anexo a este PPC segue tabela que contempla o perfil detalhado dos docentes previstos para os dois anos iniciais do curso.

4.2.2. Critérios De Admissão

Os critérios para seleção e contratação do professor são baseados, precipuamente:

I - na avaliação do curriculum vitae, sobretudo quanto à experiência didática, titulação e produção científica;

II - na capacidade técnico-profissional;

III - na aceitação da vocação e da filosofia de magistério da FADITU;

IV - na comprovação documental das informações constantes do "curriculum vitae", se e quando solicitada.

V - Requisitos de Titulação pela ordem: livre docente; doutor; mestre; especialista; com experiência no magistério superior.

4.3. Plano de Carreira

4.3.1. Política De Capacitação Docente

A FACULDADE DE DIREITO DE ITU possui Plano de Carreira Docente. Continuamente o professor deve aperfeiçoar-se e atualizar-se, sendo sugerida a participação em pelo menos 01(um) Congresso ou seminário por ano, diretamente relacionados com a matéria ou matérias que lecionar, comprovada mediante a obtenção do certificado e a apresentação do mesmo à FADITU.

Para tanto, a FADITU incentiva, de acordo com seu programa de orçamento, o aperfeiçoamento e a capacitação de seus professores, mediante:

I - oferta de cursos de pós-graduação – "lato sensu", programas de educação continuada, seminários, congressos e eventos de caráter cultural e científico;

II - auxílio financeiro para a participação em cursos de pós-graduação, bem como em congressos, seminários e eventos para estudos e pesquisas de caráter relevante.

O professor interessado deve formalizar requerimento específico à DIREÇÃO da FADITU, fundamentando o pedido, o qual após análise poderá ser deferido discricionariamente.

4.3.2. Política de Capacitação de Técnico-Administrativos

A FADITU iniciou possui um Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, o qual prevê como condição para ocupação do cargo a afinidade para com as atividades a serem desenvolvidas, demonstradas pela experiência anterior na função e/ ou qualificação técnica demonstrada através de certificação técnica ou acadêmica em instituição reconhecida pelos órgãos competentes.

A qualificação do corpo Técnico-administrativo ocorrerá em serviço, com o oferecimento por parte da IES de cursos de qualificação nas áreas de atuação; e oferecimento auxílios financeiros para participação em cursos técnicos ou acadêmicos, observadas a necessidade orçamentária da Faculdade.

Atualmente a Faculdade de Direito de Itu conta com quadro de funcionários que atuam em funções administrativas, atuando em cargos gerenciais, quanto Técnico-administrativos, conforme quadro de cargos e quantitativo de funcionários da faculdade abaixo:

Quadro– Perfil do corpo técnico-administrativo da FADITU

Função	Quantidade
CARGOS GERENCIAIS	
Diretor Geral	01
Coordenadora de Oficinas*	01
Coordenador de Curso*	01
Coordenador Financeiro	01
Secretário Geral	01
Assistente do Núcleo de Prática Jurídica	01
Coordenador do Núcleo de Pesquisa*	01
Gerente de Recursos Humanos	01
CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	
Pedagoga	01
Psicóloga	01
Assistente Administrativo	07
Assistente de Administrativo- Biblioteca	02
Secretária Executiva	01
Recepcionista	02
Bibliotecários	02
TOTAL GERAL	24

*Cargos ocupados por docentes em funções administrativas

Para atendimento às necessidades do curso, projeta-se a contratação de vaga de Coordenadora de Curso, Coordenador de Estágio, uma vaga de Assistente Administrativo, e uma vaga de Assistente Administrativo – Biblioteca.

4.4. Atenção aos Discentes

4.4.1. Atendimento Ao Aluno

A Política de Atendimento aos Discentes da FADITU, atendendo às legislações pertinentes e, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, privilegia ações que visam democratizar o ensino e estimular a permanência dos alunos na Instituição. A Faculdade mantém canais permanentes de comunicação e atendimento aos alunos. O coordenador do curso e o diretor da IES são os canais imediatos.

Existe na instituição Apoio Pedagógico, dirigido por profissional com formação em psicopedagogia para atendimento a toda comunidade acadêmica – discentes, docentes e técnico-administrativos.

O atendimento ao estudante é realizado de forma individual e destinado àqueles que possuem algum problema de ordem pedagógica ou acadêmica, que esteja interferindo no seu processo de aprendizagem, como, por exemplo, dificuldade de adaptação ao curso, dificuldade de relacionamento com os professores entre outros.

A instituição também possui setores de atendimento e programas específicos que facilitam e oportunizam o desenvolvimento acadêmico, tais como:

- a) Acesso a biblioteca através da Internet e pesquisa local informatizada;
- b) Acesso livre a laboratórios de computação com internet;
- c) Acesso ao boletim de controle de notas e faltas pela internet;
- d) Praça de alimentação;
- e) Mecanismos de nivelamento para inclusão digital, formação pessoal e conhecimentos básicos;
- f) Programa de Monitoria; Nivelamento; e, Extensão.

Programa de Monitoria tem por objetivos:

- Assessorar o professor nas atividades docentes;

-
- Possibilitar a interação entre docentes e discentes;
 - Proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e sedimentação de seus conhecimentos;
 - Desenvolver habilidades didático-pedagógicas e uma visão crítica sobre a metodologia do ensino;
 - Contemplar e valorizar a formação acadêmica do aluno, imprimindo um importante diferencial no seu histórico escolar.
 - Colaborar para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, com atendimento diferenciado aos alunos pelo monitor.

O Programa de Equalização em Língua Portuguesa é um projeto de apoio a alunos com deficiências em conteúdos próprios do ensino fundamental e médio. A missão do programa é favorecer o ingresso dos estudantes no nível superior de ensino e fornecer conhecimentos básicos em Língua Portuguesa e Matemática para o bom desenvolvimento dos alunos em disciplinas do curso superior, uma vez que tais conteúdos são pré-requisitos imprescindíveis.

O Núcleo Pedagógico objetiva promover a qualificação do processo ensino-aprendizagem por meio da criação de um canal de comunicação aberto com o corpo discente, possibilitando encaminhamentos apropriados de acordo com as necessidades apresentadas e atendimentos e atividades extraclasse a partir das demandas coletivas e/ou individuais dos estudantes, em seus mais diversos aspectos, sejam eles de ordem pedagógica, humana, intelectual, linguística, social, relacional, institucional ou psicológica.

Os programas de Extensão são formados por atividades acadêmicas realizadas junto à comunidade, com o objetivo de apresentar-lhe os conhecimentos construídos na articulação entre o ensino e a pesquisa. Por outro lado, a captação das demandas e necessidades da sociedade permite orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos, criando uma relação dinâmica entre a comunidade acadêmica e seu contexto social. São oferecidos cursos, eventos, programas especiais e prestação de serviços.

A Faculdade mantém um programa denominado “Trote Solidário”, cuja finalidade é situar os ingressantes nas atividades acadêmicas, fazendo com que se sintam acolhidos pela Instituição e, ao mesmo tempo, participando de atividades de responsabilidade social.

4.4.2. Tecnologias de Informação, Comunicação e Controle Acadêmico

A Faculdade de Direito de Itu possui site na rede mundial de computadores – internet – cujas informações institucionais são divulgadas à comunidade acadêmica interna e público externo. Também são vinculados no site acontecimentos e notícias do cotidiano da instituição.

A gestão acadêmica e financeira é realizada através de um sistema eletrônico denominado “Life”, o qual realiza a integração de dados com acessibilidade por parte da comunidade acadêmica. Através dessa ferramenta todos os estudantes possuem acesso à sua vida acadêmica, podendo consultar notas, frequência e comunicados institucionais.

Aliado a esta, a faculdade possui um “Portal Universitário” constituído de uma ferramenta eletrônica que realiza a organização de conteúdos pedagógicos, gerenciando planos de ensino e planos de aula das disciplinas, lançamentos de notas de todas as avaliações realizadas pelos alunos, bem como divulgação de comunicados, estabelecendo uma comunicação direta pela internet entre os docentes e seus alunos.

Independente da disponibilização de ferramentas eletrônicas, a Secretaria e Tesouraria da faculdade realiza atendimento pessoal a todos os alunos de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30, das 14h às 17h, e das 19h às 21h30. Aos sábados o atendimento ocorre das 9h às 11h. O Atendimento Psicopedagógico ocorre mediante agendamento prévio, conforme a disponibilidade entre aluno e profissionais do setor.

4.4.3. Tipos de Bolsas de Estudo e Financiamento

Em relação à inclusão social, a Instituição possui uma política de bolsas de estudo que abrange vários segmentos:

- Prouni – Programa Universidade para Todos – com a oferta de bolsas integrais e parciais;
- FIES – Programa de Financiamento Estudantil em parceria com o Governo Federal, mediado pela instituição bancária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S/A;
- Convênio com empresas mediante concessão de descontos nas mensalidades: bolsas de estudo parciais;
- Programa Monitoria – Concessão de bolsas de estudo com percentual de desconto na mensalidade escolar a alunos que realizam atividades de auxílio acadêmico junto à Biblioteca, Iniciação Científica e atividades sob a supervisão de docentes e funcionários

5. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

A sede da FADITU situa-se na Avenida Tiradentes nº 1817, Parque Industrial, município e comarca de Itu – Estado de São Paulo, numa área total de 20.000 m² em que são distribuídos cinco blocos de prédios denominados:

- Prédio “A” – abrange secretaria acadêmica, tesouraria, biblioteca (dividida em dois pisos), salas administrativas, banheiros, sala dos professores, Coordenação do Curso de Direito, copa/cozinha, um auditório, um anfiteatro, laboratório de informática, e área de convivência coberta;
- Prédio “B” – constituído de um prédio em três andares (térreo, primeiro e segundo) abrangendo o Núcleo de Prática Jurídica, Escritório de Prática Jurídica, CEJUSC, Coordenação da Pós-graduação, salas de aula, Departamento de Tecnologia de Informação, setor de marketing, banheiros, contendo área de espera no saguão térreo;
- Prédio “C” – Contem amplas salas de aula e espaço destinado a construção de laboratórios;
- Prédio “D” – constituído de áreas de serviço (livraria, Xerox, cantina), banheiros, sala de estudos e gabinetes de trabalho (docente, coordenação de curso e atendimento psicopedagógico).

- Prédio “E” – O espaço é constituído de prédio de três andares contendo salas de aula, laboratório de informática e banheiros.
- Estacionamento para docentes, estudante e visitantes;
- Área de convivência externa – espaço destinado à convivência dos alunos, bem como realização de eventos festivos;
- Arquivo Morto – Construção – casa – de quatro cômodos onde são arquivados os documentos institucionais.

Na sequência é apresentada a descrição da infraestrutura física do *campus*.

Quadro – Infraestrutura física da FADITU – Prédio A

1. Prédio A	
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)
Biblioteca (1º andar)	270m²
Biblioteca (Térreo)	270m²
Laboratório de Informática	110m²
Coordenação do Curso de Direito	12m²
Sala dos Professores	60m²
Sanitário dos Professores	14m²
Sanitário Setor Administrativo	8m²
Sanitário Setor RH	4m²
Sanitário da Direção 1	7m²
Sanitário da Direção 2	2m²
Cozinha/Copa	10m²
Tesouraria	29m²
Secretaria	62m²
Recepção	2m²
Recursos Humanos	20m²
Sala da Coordenadoria do Curso	12m²
Sala da Direção (Mantenedor)	24 m²
Consultoria Jurídica (MS)	46 M²

Sala da Direção (Mantenedora)	35 m²
Auditório “Prof. Michel Temer “	308m²
Anfiteatro	308m²
Arquivo Morto	8m²
Elevador	2m²
Hall de Atendimento	13m²
Sala de apoio ao Discente	117m²
Sala para atividades (Autos Findos)	110 m²
Saguão interno	384 m²

Quadro – Infraestrutura física da FADITU – Prédio B

Prédio B		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Centro de Processamento de Dados (TI)	49m²	
Sala do Servidor (TI)	24m²	
Sala da Direção Geral	18m²	
Secretaria Pós-Graduação	49 m²	
Sala de Espera (CEJUSC)	25m²	
Recepção (CEJUSC)	22m²	
Marketing	18m²	
Juizado Especial Cível	18m²	
Salas de Audiências	83m²	
Secretaria de Estágio / Núcleo de Prática Jurídica	25m²	
Sala de apoio	16m²	
Sanitário Masculino	90m²	
Sanitário Feminino	90m²	
Brinquedoteca	16m²	
Arquivo (PÓS)	9m²	
Elevador	2m²	
Salas de Aula		
SALA DE AULA	ÁREA (M²)	Alunos/ Turma

Sala B 101	65m ²	50
Sala B 102	65m ²	50
Sala B 104	65m ²	50
Sala B 105	65m ²	50
Sala B 201	65m ²	50
Sala B 202	65m ²	50
Sala B 204	65m ²	50
Sala B 205	65m ²	50

Quadro – Infraestrutura física da FADITU – Prédio C

Prédio C		
SALA DE AULA	ÁREA (M ²)	Alunos/Turma
Sala C 1	144m ²	110
Sala C 2	144m ²	110
Sala C 3	144m ²	110
Lab C4 ¹	72 m ²	55
Lab C4 ²	72 m ²	55

Quadro 24 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio D

Prédio D		
ATENDIMENTO AO ALUNO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Coordenação do Curso de Relações Internacionais	10m ²	
Gabinete Docente	7 m ²	
Atendimento Psicopedagógico	43m ²	
SERVIÇOS AO ALUNO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Cantina / Cozinha / Lanchonete	225m ²	
Livraria	43m ²	
SANITÁRIOS		
DESCRIÇÃO	ÁREA	

	(M ²)	
Sanitário Masculino	32m²	
Sanitário Feminino	32m²	
Sala de Estudos		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Sala de estudos	210m²	

Quadro – Infraestrutura física da FADITU – Prédio E

5. Prédio E		
SALA DE AULA	ÁREA (M²)	Alunos/ Turma
Sala E 1	180m ²	110
Sala E 2	180m ²	110
Sala E 3	90m ²	55
Sala E 4	90m ²	55
Sala E 5	180m ²	110
Sala E 6	180m ²	110
Sala E 7	90m ²	55
Sala E 9	180m ²	110
Sala E 10	180m ²	110
Sala E 11	90m ²	55
Sala E 12	90m ²	55
Laboratório de Informática		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Laboratório de Informática (E8)	90m²	
5.2 - SANITÁRIOS		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Sanitário Masculino	126m²	
Sanitário Feminino	126m²	
OUTRAS INSTALAÇÕES		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	

Elevador	2m²	
-----------------	-----------------------	--

Quadro – Infraestrutura física da FADITU – Áreas Externas

Áreas Externas		
ESTACIONAMENTO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Estacionamento para alunos	5.315m²	
Estacionamento para professores	1.001m²	
PORTARIA		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Guarita da Portaria Externa	5m²	
Área de Apoio Cantina / Lazer	600 m²	

5.1. Instalações e Equipamentos

5.1.1. Recursos Tecnológicos e Audiovisuais

O Quadro abaixo apresenta o número de computadores atualmente existentes na FADITU.

Número de computadores existentes atualmente na FADITU de uso acadêmico e administrativo

Área	Número de equipamentos
Acadêmico	60
Administrativo	30
Total	90

A FADITU conta com recursos audiovisuais para apoio das atividades didáticas e pedagógicas desenvolvidas.

O Quadro a seguir apresenta o número de equipamentos disponíveis atualmente na Instituição.

Quadro – Recursos audiovisuais atualmente existentes na FADITU

TIPO DE RECURSO	QUANTIDADE
Caixa de Som	52
Projetores (Datashow)	9
Microfone com Fio	8
Microfone sem Fio	8
Microfone de Mesa	0

Deck Toca Fita	1
Mesa de Som	3
Amplificador	23
Aparelho de DVD	1
Tela Retrátil para projeção	20
TOTAL	125

Quadro – Expansão projetada dos recursos audiovisuais no período de vigência do PDI

TIPO DE RECURSO	QUANTIDADE				
	ANO I 2012	ANO II 2013	ANO III 2014	ANO IV 2015	ANO V 2016
Caixa de Som	30	32	52	52	55
Projetores (Datashow)	2	4	9	13	16
Microfone com Fio	5	6	8	12	14
Microfone sem Fio	5	6	8	8	8
Microfone de Mesa	0	0	0	0	0
Deck Toca Fita	1	1	1	1	1
Mesa de Som	1	2	3	3	3
Amplificador	12	15	23	23	23
Aparelho de DVD	1	1	1	1	1
TV	0	0	0	0	0
Tela Retrátil para projeção	2	4	20	23	26

5.1.2. Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida.

A porcentagem de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é pequena nas Instituições de Ensino Superior, mas poderá vir a aumentar em decorrência das grandes mudanças nas políticas públicas de educação inclusiva, com a demanda crescente por profissionais portadores de necessidades especiais qualificados por parte das empresas.

A FADITU tem o compromisso, perante ao Ministério da Educação e a sociedade, em cumprir o Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos de ensino.

A infraestrutura física e logística da Faculdade de Direito de Itu conta com instalações e recursos de apoio aos portadores de deficiência, a saber:

- Vagas de estacionamento privativas a portadores de deficiência;
- Calçamento rebaixado para acesso de cadeirantes em todo o campus;

-
- Rampas de acesso do saguão principal ao auditório e anfiteatro (piso superior);
 - Elevadores de uso exclusivo para deficiente e idosos para acesso aos pisos superiores em todos os prédios do campus;
 - Banheiros com sanitários e pias adaptadas para cadeirantes.

5.1.3. Serviços

Além de serviços ligados à gestão administrativo-acadêmica, tais como expedição de documentos diversos (certidões, atestados, históricos etc.), a faculdade oferece aos seus alunos serviço de estacionamento gratuito, extração de cópias e encadernação de documentos e cantina com serviço de lanchonete. Todos esses serviços são ofertados por empresas terceirizadas mediante contrato com a mantenedora da IES.

Além desses serviços, a FADITU disponibiliza acesso gratuita à rede mundial de computadores por meio de rede sem fio (wi-fi) em todo o campus.

5.2. Biblioteca

A qualidade de uma Unidade de Informação/Biblioteca esta intrinsecamente ligada ao acesso rápido e eficiente à informação, sua veiculação de forma objetiva e eficiente é indispensável para as atividades de ensino e pesquisa de toda a comunidade educativa.

Para atender as demandas dessa comunidade educativa a Faculdade de Itu conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos pelos cursos. O acervo é composto por ampla quantidade de material informacional atualizado, tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação de seu espaço físico, visando a satisfação e, conseqüentemente, o melhor desempenho de seus usuários em suas atividades de pesquisa.

A Faculdade de Itu entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e

complementação à formação do estudante. São adquiridos, também, materiais de apoio advindos das novas tecnologias de multimídia, DVDs, CD-ROMs e Áudio livros.

5.2.1. Organização do acervo

A classificação do material bibliográfico é feita pela CDU (Classificação Decimal Universal) e o AACR – 2 para a catalogação do mesmo.

5.2.2. Serviços Prestados aos Usuários

Com uma constante preocupação em atender às necessidades básicas e complementares dos corpos docente e discente, a Biblioteca presta os seguintes serviços: pesquisa bibliográfica no acervo base e demais fontes de referências; empréstimo domiciliar; reserva de livros; empréstimo entre bibliotecas; orientação sobre a normalização de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT; intercâmbio cultural com entidades congêneres e orientação para uso da Internet e das bases de dados em CD-ROM e/ou on-line.

5.2.3. Serviços Implantados

A revolução do acesso à informação por meio da Internet ou WEB, impulsionada pelas tecnologias da computação e das comunicações, acarreta mudanças importantes em toda a estrutura Educacional, principalmente na Biblioteca, que tem como principal função o fornecimento de informações em qualquer suporte existente (livro, periódico, CD-ROM, Internet etc.), otimizando desta forma as atividades de aprendizagem e desenvolvimento de pesquisas, além de cumprir sua função no desenvolvimento do conhecimento humano. Por este motivo, a Biblioteca da Faculdade de Itu está conectada à Internet, possibilitando o acesso aos serviços de qualquer biblioteca ou centro de informação do mundo disponível em suporte on-line.

Vale ressaltar, ainda, que a Faculdade de Itu está constantemente aberta a sugestões de novos serviços vindas de seus usuários.

5.2.4. Política de desenvolvimento de coleção

A proposta de uma Política de Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca deve-se ao fato de se considerar importante a existência de um instrumento formal que estabeleça critérios e prioridades com relação à seleção e aquisição do material que irá compor o acervo da Biblioteca.

A política de desenvolvimento de coleção numa biblioteca consiste em um elemento básico para qualquer tomada de decisão. Ela contempla aspectos relativos à função e objetivos da biblioteca e da Instituição, usuários e necessidades, abrangências e níveis da coleção, tipos de materiais, critérios e responsabilidades pela seleção, aquisição e critérios para alocação de recursos financeiros.

Esta política propicia a base para o planejamento global da coleção e oferece parâmetros para dar consistência e equilíbrio à coleção, dimensionando seu perfil, objetivos e especialização.

Para que esta política ofereça normas e diretrizes gerais é primordial o conhecimento da comunidade. Este conhecimento se estabelece a partir dos seguintes dados:

- Curso ministrado e número de alunos;
- Usuários reais/Matriculados: aluno de graduação, professores e funcionários;
- Usuários potenciais: ex- alunos e professores visitantes;
- Pesquisadores de outras entidades, atendimento a outras instituições através de programas cooperativos como COMUT.

5.2.4.1. Política de Atualização do Acervo

A Faculdade de Itu, atendendo às diretrizes pedagógicas de cursos de nível superior, adota uma política permanente de aquisição de materiais para o acervo, visando manter uma Biblioteca dinâmica e sempre atualizada, respondendo às necessidades acadêmico-pedagógicas de estudo e pesquisa dos cursos implantados e dos que venham a ser implantados.

Dessa forma, a atualização de acervo é regularmente realizada com base na bibliografia básica e, dentro do possível, bibliografia complementar referente a cada disciplina do curso, de acordo com as vagas ofertadas e com as exigências do MEC; na necessidade de aquisição de materiais atualizados; na indicação do corpo docente e discente; na

adequação dos assuntos às áreas exploradas pelos cursos oferecidos; na produção técnica, didática e científica disponível no mercado editorial de interesse da comunidade.

Assim, além de ser solicitada uma lista semestral de sugestões bibliográficas aos professores da Faculdade de Itu, os estudantes podem sugerir títulos no local de disposição do acervo. Os materiais sugeridos serão submetidos a uma avaliação junto à Faculdade de Itu para se extrair, dentre estes, os que são realmente relevantes. Ainda, considerando-se que existem muitas obras antigas cujo conteúdo não perde seu valor, há prioridade para materiais que necessitam de atualização constante, como é o caso do Código Civil e das obras da área de Informática.

5.2.4.2. Política de Seleção e Aquisição

A política de aquisição de livros e periódicos, além de atender a um cronograma elaborado pela Faculdade de Itu por meio do levantamento das necessidades dos usuários, depende da adequação do orçamento elaborado no ano anterior em consonância à projeção de compras estipulada pela Administração Superior da Faculdade de Itu.

As formas de execução da política de aquisição observam, ainda, se há uma relação direta entre o número de materiais do acervo disponível e a quantidade de vagas ofertadas, de tal forma que possa suprir toda e qualquer expectativa de estudantes e professores nas atividades de estudo e pesquisa, realização de trabalhos científicos e consultas bibliográficas.

Vale ressaltar, ainda, que o programa de aquisição contempla a utilização de outros suportes de informação, além do livro e do periódico, como CD-ROMs, jornais, DVDs e publicações acadêmicas (dissertações, teses e monografias).

A implantação dessa política de seleção e aquisição visa possibilitar aquisição de materiais de maneira objetiva e sem desperdícios, afinada com os interesses da instituição. Sintetizando podemos definir seus principais objetivos como:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da instituição;
- Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
- Determinar critérios para duplicação de título;
- Incrementar os programas cooperativos;

-
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
 - Traçar diretrizes para o descarte de material.

5.2.4.3. Critérios de Seleção

A primeira subdivisão para estabelecer este critério é o assunto, ou seja, a temática do acervo, para isso é imprescindível que os critérios observem atentamente, o assunto, cliente, documento e o preço. Quanto à formação de acervo, o material bibliográfico e audiovisual deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- Edição atualizada;
- Relevância do autor e/ou editor para o assunto;
- Citação do título em bibliografias, catálogos e índices;
- Preço acessível;
- Língua acessível;
- Números de usuários potenciais.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria do corpo docente e bibliotecário, pois cabe ao conjunto a responsabilidade pela seleção e formação adequada do acervo.

Quanto à seleção quantitativa a biblioteca estabelece o seguinte critério:

a) Bibliografia Básica

Material bibliográfico básico é indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerado leitura obrigatória.

- Nacional: serão adquiridos preferencialmente 3 (três) títulos, para cada disciplina, sendo que o número de exemplares será calculado na base de 1 (um) exemplar para cada 10 (dez) alunos (conforme determinação do MEC). O número de aluno deverá ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico.
- Importado: os livros importados serão adquiridos quando não existir adequada tradução em português. Nesse caso o livro-básico não será adquirido na mesma proporção do livro-básico nacional. Será adquirido apenas um exemplar de cada título.

b) Bibliografia Complementar

Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso sejam em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição. Será adquirido 2 (dois) exemplares de cada título indicado, exceto nos casos que haja demanda, ou por solicitação que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares.

c) Bibliografia atualizada

Livros necessários à atualização da bibliografia complementar. Aquisição mediante solicitação do corpo docente e número de exemplares definidos pela demanda existentes na biblioteca.

d) Coleção de Referência

Será dada atenção especial a matérias de referências especializadas a saber: dicionários, estatísticas, Atlas, manuais etc. A seleção deste material será feita mediante consulta de especialistas no assunto/área.

5.2.4.4. Prioridade de Aquisição

Devido às restrições orçamentárias e a grande quantidade de documentos produzidos, torna-se impossível para qualquer biblioteca universitária adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, a biblioteca estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material bibliográfico:

- Obras (bibliografia básica e complementar) para cursos em fase de reconhecimento ou credenciamento;
- Obras que sejam de interesse para os cursos de graduação e pós-graduação;
- Assinatura de periódicos relacionados aos cursos existentes, mediante indicação dos docentes;
- Materiais de suporte técnico para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas a instituição.

5.2.4.5. Fontes para aquisição

Serão utilizadas as seguintes fontes de informação, a saber:

- Bibliografias especializadas;
- Catálogos e índices temáticos;
- Sugestões de usuários.

5.2.4.6. Doações

Os materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos e/ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita. Quanto às doações recebidas, a biblioteca, poderá dispor das mesmas, da seguinte maneira:

- Incorporá-la ao acervo;
- Doá-las e/ou permutá-las com outras instituições;
- Descartá-las.

Para seleção das obras doadas, serão consultados os especialistas no assunto obedecendo aos seguintes critérios:

a) Livros

- Relevância do autor e do conteúdo para os cursos existentes e para a comunidade universitária;
- Citação do título em bibliografias e abstracts;
- Condição física do material;
- Língua em que está impressa.

b) Periódicos

- Citação do título em bibliografias, índice e abstracts;
- Para completar falhas e/ou coleção;
- Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.

c) Material Audiovisual

- Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.

5.2.4.7. Política de Desbastamento de Material Bibliográfico

Desbastamento é o processo pelo qual se retira do acervo ativo título e/ou exemplares, parte de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 5 (cinco) anos.

a) Remanejamento

É a armazenagem em depósito da biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado.

Critérios para se remanejar materiais bibliográficos:

- Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;
- Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 3 (três) anos;
- Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham possibilidade de serem reativados;
- Coleções de periódicos de valor histórico.

b) Descarte

Chamamos descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço.

A biblioteca adotará para o descarte de livros os seguintes critérios:

- a) Inadequação: do conteúdo mediante ao acervo;
- b) Desatualização: a aplicação deste conceito pode variar mediante a área de conhecimento;
- c) Condições físicas: mediante a relevância da obra para o acervo, estudar a possibilidade de substituição ou recuperação do material.

c) Reposição do Material

Os materiais desaparecidos não serão repostos automaticamente. A reposição deverá ser baseada nos seguintes critérios:

- Demanda do título;
- Número de exemplares existentes;
- Relevância do título para a área;
- Existência de outro título mais atualizado.

5.2.4.8. Avaliação da Coleção

A avaliação sistemática da coleção deve ser entendida como o processo utilizado para se determinar o valor e a adequação da coleção, em função dos objetivos da biblioteca e da própria instituição, possibilitando traçar diretrizes quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte.

A biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo uma vez cada 5 (cinco) anos, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Na avaliação do acervo da biblioteca, serão utilizados os seguintes critérios:

- Materiais proporcionalmente pertinentes aos cursos oferecidos;
- Comparação das coleções com listas, catálogos e Bibliografias recomendadas e/ou adotadas;
- Sugestões dos usuários.

No caso de periódicos a avaliação pode ser feita a cada 2 (anos), com o objetivo de colher subsídios para a tomada de decisões quanto:

- Cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;
- Inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;
- Manutenção dos títulos já adquiridos

5.2.5. Descrição da Biblioteca e Plano de Expansão do Acervo

5.2.5.1. Horário de Funcionamento

De segunda a sexta feira – 07h30min às 22h30min;

Sábados: 8:00 às 12:00 horas

5.2.5.2. Infraestrutura Física

Evolução estimada		
Dependência	Atual	2016
Disponibilização do Acervo	180 *	100
Leitura		
Espaço de estudo individual	60	100
Salas de estudo em grupo	160	160
Recepção e Atendimento do Usuário	30	30
Sala de direção	20	20
Sala de catalogação e classificação		
Reserva técnica		
Espaço para acesso à Internet	20	40
TOTAL	450	450

- A estimativa de redução do espaço físico no acervo pressupõe a troca do formato impresso para o digital do acervo de periódicos.

5.2.5.3. Recursos Materiais

Evolução estimativa	
---------------------	--

TIPO DE MOBILIÁRIO	Atual	2016
Jornaleiro	1	1
Estante p/ revistas	40	40
Estante para livros	53	53
Gôndolas de estudo	25	30
Mesas e cadeiras para estudo em grupo	10 mesas 81 cadeiras	
Balcão de atendimento	2	2

5.2.5.4. Infraestrutura Tecnológica (

Quant.	Tipo de computador (modelo)	Configuração (softwares)	Forma de conexão à INTERNET
4 Alunos	Pentium 4, 2.4 MHZ	Windows XP, Office 2003	Link
5 Interno	Pentium 4, 2.4 MHZ	Windows XP, Office 2003, Linux Slackware, OpenOffice	Link Dedicado

5.2.5.5. Acervo

Itens do Acervo	Quantidade	
	Títulos	Exemplares
Livros	16.239	22.450
Periódicos/Revistas	107	6054
Vídeos	333	333
DVD	391	422
CD ROM	156	214
Assinatura digital	0	0

5.2.5.6. Plano de expansão do acervo

Itens do Acervo	Quantidade				
	ANO I 2012	ANO II 2013	ANO III 2014	ANO IV 2015	ANO V 2016
Livros (títulos + exemplares)	20.358	21.475	23100	24000	25500
Periódicos (títulos)	15	17	20	23	25
Obras de Referência					
Vídeos	333	333	333	333	333
DVD	335	391	422	450	480
CD ROM	144	150	156	162	168
Assinaturas Eletrônicas (bases de dados)	0	0	1	1	2
Áudio livros	0	0	5	10	20

5.2.5.7. Acesso a Bases de Dados Locais ou em outras Bibliotecas mais utilizadas

Nome da base	Suporte
SCIELO Periódicos eletrônicos	On-line
ITIJ Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça	On-line

5.2.5.8. Serviços Disponíveis

SERVIÇOS	SIM	NÃO
NORMALIZAÇÃO	X	
REFERÊNCIA	X	
COMUT	X	

5.2.5.9. Políticas de Acesso e Empréstimo

Acesso	Aberto	
Empréstimo	Alunos	4 livros por 7 dias
	Professores	10 livros por 7 dias

	Funcionários	4 livro por 7 dias
--	--------------	--------------------

5.2.5.10. Equipe Técnica de Apoio

QUADRO 05

		Previsão da Equipe de Apoio
Função	Atual	2016
Bibliotecária	2	2
Auxiliar	2	3
estagiários	1	3
TOTAL	6	8



Faculdade de Direito de Itu
Av. Tiradentes, 1817 CEP 13309-640 Itu SP
Fone (11) 4024-1114 Fax (11) 4024-2933

Anexos

ANEXO I - Conteúdos Curriculares – Ementas e Bibliografias

1º SEMESTRE

LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE I

Princípios básicos da teoria da comunicação. Linguagem e contextos comunicacionais. Linguagem, sociedade e política. Diversidade e política linguística. Linguagem, cultura e padrões internacionais. Culturas da escrita, culturas orais e culturas da imagem.

Bibliografia Básica

BOAVENTURA, Edivaldo. **Como ordenar as idéias**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Puccinelli Eni. **Linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. 4. ed. São Manoel: Pontes, 2001.

CHALHOUB, Samira. **Funções da Linguagem**. São Paulo: Ática, 2005.

Bibliografia Complementar

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da Linguística formal à Linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. *s. l.: s. n., s. d.*

POLÍTICA E SOBERANIA

A questão do poder no pensamento político moderno. Os fundamentos do exercício do poder político, a soberania e seus críticos.

Bibliografia Básica

AZAMBUJA, D., **Introdução à Ciência Política**. 15 ed.. São Paulo: Globo, 2003.

BONAVIDES, P. , Ciência Política. 10 ed.. São Paulo: Malheiros, 2003.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. (várias edições)

Bibliografia Complementar

BOBBIO, N; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB. 1986.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1986.

HOLANDA, S. B. de, **Raízes do Brasil**. 26 ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.)

WEFFORT, F. C. (Org.) . **Os clássicos da política**. São Paulo: editora ática, 1989..

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA MODERNIDADE

A conformação da sociedade civil e as relações internacionais na modernidade a partir do século XVIII. Os movimentos sociais como expressão da nova lógica que funda as relações de poder, nas quais se verifica a contraposição entre o poder local urbano, protestante e burguês, ao poder central absolutista ou totalitário. Diversidade na formação dos princípios de soberania nacional: a consolidação dos Estados europeus do século XVII e XIX. A expansão de relações internacionais antagônicas: as guerras do século XVIII, a Inglaterra e a ordem Napoleônica.

Bibliografia Básica

HOBSBAWN, Eric. **O Novo Século**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II**. São Paulo:

Vozes

Bibliografia Complementar

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 8ªed.. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. 9ªed.. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 3ªed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

A origem da antropologia frente ao sistema colonial. A antropologia clássica e os problemas da diversidade cultural. Etnocentrismo e história.

Bibliografia Básica

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MARCONI, Marina, A. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas,

LÉVIS-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural** v.1. Rio de Janeiro,

Bibliografia Complementar

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural v.2**. Rio de Janeiro,

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense

LARAIA, R. de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Cia das Letras.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Refletir à luz das teorias sociológicas as questões postas pelas sociedades contemporâneas

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile. Durkheim. São Paulo: Ática.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Edipro.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

Bibliografia Complementar

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo : Moderna, 1997.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.

MARX, Karl. Sociologia política. Rio de Janeiro: Zahar.

WEBER, Max. Weber. São Paulo: Ática.

FILOSOFIA

Introdução à lógica e a teoria do conhecimento como bases filosóficas para a fundamentação de uma reflexão sobre as Relações Internacionais

Bibliografia Básica

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática.

TOURINHO, Carlos Diógenes C. Saber fazer filosofia: da antiguidade á idade média. v.1. São Paulo: Idéias & Letras.

SEMERARO, Giovanni. Saber fazer filosofia: o pensamento moderno. v.2. Aparecida: Idéias e Letras.

Bibliografia Complementar

ABBAGNANO, N., **Dicionário de Filosofia**, 4. ed. . São Paulo: Martins Fontes, 2000.

D'ANGELO, Martha. Saber fazer filosofia: pensadores contemporâneos. v.3. São Paulo: Idéias & Letras.

REALE, Geovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia v.1. São Paulo: Paulus.

ROUSSEAU, J. J. , **Do Contrato Social: princípios do Direito Político**, São Paulo: Edipro, 2000.

SEVERINO, A . J., **Filosofia**, São Paulo: Cortez, 1994.

2º SEMESTRE

Disciplinas

GEOGRAFIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO I

Mapeamento dos grandes quadros conjunturais que caracterizam a organização do espaço geográfico mundial, identificando suas determinações socioeconômicas.

Bibliografia Básica

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo : Editora Moderna, 1996.

OLIC, Nelson B. **Retratos do Mundo Contemporâneo** . São Paulo: Moderna, 2008

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond, **As etapas do pensamento sociológico** .São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DOOB, **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2005.

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Era Da Informação: economia, sociedade e cultura. II: O Poder Da Identidade**. São Paulo: Paz E Terra, 1999.

LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE II

Princípios básicos da teoria da comunicação. Linguagem e contextos comunicacionais. Linguagem, sociedade e política. Diversidade e política linguística. Linguagem, cultura e padrões internacionais. Culturas da escrita, culturas orais e culturas da imagem.

Bibliografia Básica

BOAVENTURA, Edivaldo. **Como ordenar as idéias**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Puccinelli Eni. **Linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. 4. ed. São Manoel: Pontes, 2001.

CHALHOUB, Samira. **Funções da Linguagem**. São Paulo: Ática, 2005.

Bibliografia Complementar

CAMACHO, Roberto Gomes. Da Linguística formal à Linguística social. São Paulo: Parábola, 2013.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea. São Paulo: Cultrix, 2003.**

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação. s. l.: s. n., s. d.**

ESTADO, REGIMES E FORMAS DE GOVERNO

A discussão das diferentes formas que pode assumir o Estado contemporâneo no exercício do poder político: cidadania, regimes políticos, instituições de governo e a relação entre Estado e economia. Estado e conflitos sociais.

Bibliografia Básica

DALLARI, D. de A., **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 24 ed.. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Nova Cultural.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. São Paulo: Livraria Martins Editora.

Bibliografia Complementar

BASTOS, C. R., **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 5 ed.. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Colaboradores, São Paulo: Saraiva, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Unesp.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: Civilização.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Introdução aos conceitos econômicos básicos: o mercado e seu funcionamento, as estruturas de mercado. Introdução às principais correntes do pensamento econômico, a partir das abordagens de alguns autores (Smith, Marx, Keynes, Schumpeter).

Bibliografia Básica

CANO, Wilson. Introdução à Economia: Uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

GASTALDI, J. Petreli. Elementos de Economia Política. São Paulo: Saraiva.

SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

COMPLEMENTAR

LAJUGIE, Joseph. Os Sistemas Econômicos. Rio de Janeiro: Bertrand Russel.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NUSDEO, F., **Curso de Economia**: introdução ao Direito Econômico. 3 ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PINHO, Diva Benevides (Org). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva.

SINGER, P., O que é economia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Análise das características e tendências da ordem internacional pós-II Guerra Mundial. Dinâmica e evolução do sistema internacional. Atores e regiões.

Bibliografia Básica

BEDIM, Gilmar Antônio. **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência-interdependência**. 2ª ed.. Ijuí: Unijuí, 2004.

OLIVEIRA, Odette Maria de.. **Relações Internacionais: Estudo de Introdução**. Curitiba: Juruá, 2004.

SARAIVA, J. F. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional no século XIX a era da globalização**; São Paulo: Saraiva, 2008

Bibliografia Complementar

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização – Estado nacional e espaço mundial**. Coleção Polêmica. São Paulo : Moderna, 1997.

PECEGUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.1**: São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.2**: São Paulo: Saraiva, 2006.

VESENTINI, José William. **A Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Ática, 1996.

(Sebo)

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: GUERRAS, REVOLUÇÕES E CONTRA-REVOLUÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O Congresso de Viena e o Concerto Europeu. A ascensão da Inglaterra como grande potência. As revoluções de 1848 e a Comuna de Paris. A unificação da Alemanha. O imperialismo e a I Guerra Mundial. As revoluções russa e alemã. O Tratado de Versalhes e a Liga das Nações. Weimar e o Nazi-facismo. A II Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Bibliografia Básica

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 3ªed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

Bibliografia Complementar

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 8ªed..Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. 9ªed.. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

HOBBSAWN, Eric. **O Novo Século**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DUROSELLE, J. B. Relações internacionais de 1919 a 1945. Lisboa: texto & Grafia, 1991

3º SEMESTRE

Disciplinas

GEOGRAFIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO II

Reflexão sobre os condicionantes territoriais e ecológicos das relações entre os Estados e suas interações com o meio ambiente. Os principais problemas ecológicos contemporâneos e as formas sugeridas para sua superação.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Qual Democracia ?** São Paulo: Loyola, 2010

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longe Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Contraponto/Unesp, 2012.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond, **As etapas do pensamento sociológico** .São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DOOB, **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo : Editora Moderna, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008.

INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Discussão do objeto de estudo das relações internacionais. As diferentes abordagens. Avaliação da noção de sistema internacional. Conceitos básicos. O meio internacional e seus atores. Introdução às principais correntes teóricas.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Odette Maria de.. **Relações Internacionais: Estudo de Introdução**. Curitiba: Juruá, 2004.

PECEGUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JACKSON, R., SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

Bibliografia Complementar

BEDIM, Gilmar Antônio. **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência-interdependência**. 2ª ed.. Ijuí: Unijuí, 2004.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARAIVA, J. F. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional no século XIX a era da globalização**; São Paulo: Saraiva, 2008

MAGNOLI, Demetrio. **Relações internacionais – teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2013

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.2**: São Paulo: Saraiva, 2006.

HISTÓRIA DA AMÉRICA

A análise do liberalismo e conservadorismo na conformação dos estados americanos a partir do século XIX. A identificação dos aspectos que caracterizam a soberania nacional na América Latina e as relações interamericanas face à reordenação da colonização européia ocidental nos séculos XIX e XX. O resgate da idéia da América, em contraposição à lógica do expansionismo salvacionista norte-americano a partir do século XIX.

Bibliografia Básica

TOTA, Antonio P. **Imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América – a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2011

Bibliografia Complementar

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. Porto Alegre: LPM, 1991.

GUERRA, Francois-Xavier. Modernidade e independências. Disponível // <http://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2012/01/guerra-modernidad-e-independencias-1992.pdf>

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista**. São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta, 1994.

SEOAWE, José e TADDEI, Emílio (org) **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. RJ. Ed. Vozes e Clasco, 2001.

Galeano, Eduardo. **As veias abertas da America Latina**. São Paulo: LP&M, 2014

ECONOMIA INTERNACIONAL I

Contas nacionais; balanço de pagamentos; taxa de câmbio; fluxos internacionais de capitais.

Bibliografia Básica

RATTI, Bruno. **Comercio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ROBERTS, Richard. **Por dentro das Finanças Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional** :Teoria e Política. São Paulo, Makron Books

Bibliografia Complementar

COLAIÁCOVO, Juan Luis. **Negociação Moderna – teoria e pratica**. Santa Catarina: FURB, 2001.

DEMON, Dalton. **Negociações em Mercados Internacionais**. Santa Catarina: FURB, 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

VIEIRA, AQUILES. **Teoria e prática cambial: exportação e importação**. São Paulo: Aduaneiras, 2013

LOPES, J. M. C. **Comercio exterior competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

TEORIA GERAL DO DIREITO

Conceitos básicos do Direito: fontes, normas e ordenamento jurídico. Ramos do Direito Público e Privado e suas principais instituições (contrato, obrigações, ato jurídico, direitos trabalhistas, tributos). Noções básicas de teoria constitucional.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. São Paulo: Saraiva.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva.

RIZZATTO Nunes, Luiz Antonio. **Manual de introdução ao estudo do direito**.
São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus.

DINIZ, Maria Helena. **Ciência jurídica**. São Paulo: Saraiva.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo:
Atlas.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. São Paulo: Revista
dos Tribunais.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas.

ETNIA E NACIONALIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

As questões étnica e nacional no mundo contemporâneo: conflito, integração e
diversidade.

Bibliografia Básica

CLASTRES, P.. **A sociedade contra o Estado**. Editora Cosac & Naify, São
Paulo. 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: companhia das
Letras, 2001

MARTINS, E. C. R. **Cultura e poder**. São Paulo: Saraiva, 2007

Bibliografia Complementar

ARENDT, H.. **As origens do totalitarismo**. Companhia das Letras, São Paulo.
1990.

ELIAS, N.. **O processo civilizador (vol.II)**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
1993.

HOBSBAWM, E.. **A invenção das tradições**. Editora Paz e Terra, São Paulo.
1984.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAID, E.. **Orientalismo**. Companhia das Letras, São Paulo. 1990.

4º SEMESTRE

Disciplinas

POLÍTICA COMPARADA

Estudo comparado de sistemas políticos, de modelos econômicos, de processos de formação do Estado nacional, de padrões de política social e da constituição de culturas e/ou ideologias políticas em países e/ou regiões.

Bibliografia Básica

GIDDENS, Anthony. **A Terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova cultural, 1987.

WEFFORT, F. **Os clássicos de política v.1** . São Paulo: Ática

Bibliografia Complementar

CARVALHIO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001**

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe: escritos políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MONTESQUIEU, C.L.S. **Do espírito das leis**. São Paulo: Nova cultural, 1987

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ECONOMIA INTERNACIONAL II

Sistema monetário internacional e sistema de comércio internacional: do padrão-ouro a Bretton Woods; o FMI, o Banco Mundial e o GATT; o fim do sistema monetário de Bretton Woods; protecionismo e liberalização comercial; as instituições econômicas internacionais na atualidade.

Bibliografia Básica

RATTI, Bruno. **Comercio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ROBERTS, Richard. **Por dentro das Finanças Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Bibliografia Complementar

COLAIÁCOVO, Juan Luis. **Negociação Moderna – teoria e pratica**. Santa Catarina: FURB, 2001.

DEMON, Dalton. **Negociações em Mercados Internacionais**. Santa Catarina: FURB, 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

LABATUT, Eino Neves. **Teoria e prática cambial de Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1990.

RATTI, Bruno. **Comercio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

O processo histórico da política exterior do Brasil desde o Império: a atuação diplomática em relação às grandes potências e a consolidação das fronteiras nacionais. Os conflitos durante o período entre-guerras, a participação brasileira na II Guerra e na conformação do sistema interamericano. A diplomacia brasileira no regime militar.

Bibliografia Básica

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

OLIVEIRA, O. M. de, **Relações Internacionais: estudos e introdução**. 1 ed.. Curitiba: Jurídica, 2003.

REZENDE, Lucas P. **O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU**. Curitiba: Appris, 2012

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre : Ed. UFRGS,1998.

CERVO, Amado Luiz. (org.). **O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília : Ed. UNB, 1994. (SEBO)

FONSECA JÚNIOR, Gélson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol. 1. 2ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

FONSECA JÚNIOR, Gélson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, H. A. de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I

Estudo dos principais autores e correntes do pensamento clássico nas relações internacionais, do século XIX à década de 60. Realismo, idealismo e marxismo. A teoria do imperialismo e seus críticos.

Bibliografia Básica

BEDIM, Gilmar Antônio. **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência-interdependência**. 2ª ed.. Ijuí: Unijuí, 2004.

OLIVEIRA, Odette Maria de.. **Relações Internacionais: Estudo de Introdução**. Curitiba: Juruá, 2004.

NOGUEIRA, J. P., MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Bibliografia Complementar

ANGEL, Norman. **A grande ilusão. IPRI disponível //**

http://www.funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=550&search=grande

JACKSON, R., SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.1**: São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.2**: São Paulo: Saraiva, 2006.

PECEGUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEOPOLÍTICA

As noções de geopolítica, segundo os diversos autores, bem como as escolas e a influência dessa corrente de pensamento na política mundial e nas relações internacionais do Brasil.

Bibliografia Básica

HAESBAERT, Rogério. **Blocos Internacionais de Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 1992

COSTA, Wanderley M.da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1997.

BECKER, Bertha K. **Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio**. São Paulo: Garamond, 200.

Bibliografia Complementar

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. A Segunda Guerra Fria – Geopolítica e Dimensão Estratégica Dos Estados Unidos. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização – Estado nacional e espaço mundial**. Coleção Polêmica. São Paulo : Moderna, 1997.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Origens, evolução e fundamentos do direito internacional público: âmbito e fontes. Sujeitos do direito internacional público: Estados e organizações internacionais. Princípios jurídicos fundamentais orientadores das relações

interestaduais. Tratados internacionais. Relações entre normas internacionais e o ordenamento jurídico interno.

Bibliografia Básica

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: RT.

NEVES, Gustavo B. Direito internacional público e direito internacional privado. São Paulo: Atlas

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO SILVA, G. E.. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva.

PORTELA, P. H. G. **Direito internacional público e privado**. Salvador: Jus Podivm.

BOSON, Gerson de Britto Mello. **Direito internacional público: o estado em direito das gentes**. Belo Horizonte: Del Rey.

SOARES, Guido Fernando da Silva. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Atlas.

RANGEL, V. M. **Direito e relações internacionais**. 7. ed. s. l.: s. n., 2002.

QUINTO SEMESTRE

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II

Estudo das teorias das relações internacionais a partir da década de 70: a visão liberal; o debate entre neo-realistas e neo-institucionais; as interpretações sobre o fim da Guerra Fria e os debates contemporâneos.

Bibliografia Básica

BEDIM, Gilmar Antônio. **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência-interdependência**. 2ª ed.. Ijuí: Unijuí, 2004.

OLIVEIRA, Odette Maria de.. **Relações Internacionais: Estudo de Introdução**. Curitiba: Juruá, 2004.

NOGUEIRA, J. P., MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Bibliografia Complementar

BRAILLARD, Philippe. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

CERVO, Amado Luiz. (org.). **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 à nossos dias**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

OLIVEIRA, A. de; LESSA, A. C. L. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas v.2**: São Paulo: Saraiva, 2006

PECEGUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CULTURA E MOTRICIDADE

A motricidade humana como produto da herança histórico-sócio-cultural, construída a partir das bases biológicas. As múltiplas expressões da motricidade – movimentos laborais, gestos expressivos, exercícios ginásticos, esportes, dança, rituais e outros. Enfoque na relação com a dinâmica da cultura e com a organização social, política e econômica, possibilitando uma leitura crítica das práticas sociais e dos valores contemporâneos relativos à corporeidade.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1990.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**.
São Paulo: Cia das Letras.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, Pensar, Agir. Corporeidade e Educação**.
Campinas: Papyrus, 1994.

BOLTANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BRUHNS, Heloísa Turini. **O Corpo Parceiro e o Corpo Adversário**. Campinas, SP:
Papyrus, 1993.

BRUHNS, Heloísa Turini (org.) **Conversando sobre o corpo**. Campinas, SP: Papyrus,
1989.

FREIRE, João Batista. **A educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Estudo das diretrizes e determinantes da atuação internacional do Brasil: seus antecedentes históricos; principais orientações nas últimas décadas; possibilidades e limites atuais da inserção internacional do Brasil.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, O. M. de, **Relações Internacionais: estudos e introdução**. 1 ed.. Curitiba:
Jurídica, 2003.

OLIVEIRA, H. A.. **Política Externa Brasileira**, São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, J. H. & SEITENFUS, R. S. **Uma História Diplomática do Brasil. 1531-1945**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, P. R. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. POA : UFRGS, 1998.

CERVO, AMADO LUIZ & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo : Editora Ática, 1992.

CERVO, Amado Luiz. (org.). **O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília : Ed. UNB, 1994.

REZENDE, Lucas P. **O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU**. Curitiba: Appris, 2012

FONSECA JÚNIOR, Gélson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol. 1. 2ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

DIREITO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO

Atos do comércio no âmbito internacional. Conceituação dos contratos mercantis. Cláusulas nos contratos internacionais. Os *incoterms*. Sociedades mercantis: contribuição, personalidade jurídica, dissolução e liquidação.

Bibliografia Básica

RANGEL, V. M., **Direito e Relações Internacionais**. 7 ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SABÁ, S., **Comércio Internacional e Político Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Lopez, J. M. C. **Comércio Exterior Competitivo**. São Paulo: Aduaneiras

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, P. R. **O Brasil e o Multilateralismo Econômico**. Porto Alegre, Livraria do Advogado : 1999.

BARRAL, W. (organizador). **O Brasil e a O.M.C.: Os Interesses Brasileiros e as Futuras Negociações Multilaterais**. Florianópolis, Diploma Legal : 2000.

BARRAL, W. Dumping e Comércio Internacional: A Regulamentação Antidumping após a Rodada Uruguai. Rio de Janeiro, Forense : 2000.

BATISTA, L. O. Os Investimentos no Direito Comparado e Brasileiro, Porto Alegre, Livraria do Advogado : 1998.

CARREAU, D. e JUILLARD, P. Droit International Économique. 4ed. Paris, L.G.D.J.: 1998.

COSTA, L. M. OMC – Manual Prático da Rodada Uruguai. São Paulo, Saraiva : 1996.

MELLO BARRETO FILHO, F. P. O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão,

MELLO, C. de A. Direito Internacional Econômico. Rio de Janeiro, Renovar : 1993.

ESPAÑHOL INSTRUMENTAL

Linguajar próprio dos negócios em geral e vocabulário específico da área de relações internacionais. Análise do conteúdo gramatical, conteúdo léxico, aspectos semânticos e sintáticos, verbos, verbos pronominais, adjetivos, pronomes, expressões coloquiais, divergências léxicas, acentuação, as funções comunicativas, entendimento de textos, correspondência, espanhol para negociação. Orientar o aluno para o entendimento de textos em espanhol, familiarizando-o com o vocabulário das atividades de relações internacionais e a análise da gramática contrastiva entre as línguas. Orientar o aluno para a comunicação oral e escrita.

Bibliografia Básica

AGUIRRE, B., TOMAS, J.M.de, LARRU, J.. Cursos de Idiomas / profesiones y negocios. 2002.

ARIAS, Sandra Di Mello; MARTINEZ, Ron. Como Escrever Tudo em Espanhol. Ed. Campus, 2002.

Bibliografia Complementar

ABEGG, Birget. Cartas Comerciais em Espanhol. Ed. Martins Fontes, s.d.

AGUIRRE, B., ROTHER, K. El Espanhol por Profesiones. 1996.

AGUIRRE, B., ROTHER, K.. **Professiones y Negóci**os. 1996.

ALVAREZ, Maria Victória. **Espanhol: Método Prático de Conversação**. Ed. Presença, s.d.

GILMAN, Graciela Ascarruns, BENITTO-VESSELS, Carmen. **Horizontes: Cultura Y Literatura**. Ed. Heingle & Heingle Publishers, s.d.

VIUDEZ, F.C., ARRESE, F.M., GÁLVEZ, R.M., MUÑOZ, S.R.. **Espanhol Lengua Estranjera** – Libro Del Alumno. 1990.

MÉTODOS DE PESQUISA

Introdução à pesquisa em suas abordagens, com ênfase na área da investigação comparada.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M.M. de, **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. . São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A .J., **Metodologia do Trabalho Científico**, 22. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

BARROS, A . J. da S., LEHFELD, N. A . de S., **Fundamentos de Metodologia**: um guia para iniciação científica. 2. ed. . São Paulo: Makron Books, 2000.

GONÇALVES, E. P., **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas: Alínea, 2001.

MARCONI, M. de A ., LAKATOS, E. M. , **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. . São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, D. M. do, **Metodologia do Trabalho Científico**: teoria e prática. 1 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SALOMON, D. V., **Como Fazer uma Monografia**. 10 ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, A. R. dos, **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 5 ed.. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

TRALDI, M. C., **Monografia Passo a Passo**. Campinas: Alínea, 2001.

SEXTO SEMESTRE

POLÍTICA INTERAMERICANA

Análise da formação e evolução do sistema interamericano, com destaque para os seguintes temas: intervencionismo, militarismo, segurança coletiva, ideologias, revoluções, terrorismo, democracia, direitos humanos e narcotráfico.

Bibliografia Básica

AYERBE, Luis. **Estados Unidos – América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CINTRA, M. & CARDIM, C. H. (Org.) **Seminário O Brasil e a ALCA**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2002.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. História contemporânea da América Latina: Imperialismo e libertação. **São Paulo: Vértice, 1987**.

Bibliografia Complementar

AYERBE, Luis. **O Ocidente e o “Resto”**: a América latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO-ASDI, 2003.

BOLÍVAR, Simon. **Textos Política**. São Paulo. Ática, 1983.

BORON, Atilio. **Império & Imperialismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

CAPELATO, Maria Helena - "O gigante brasileiro "na América Latina: ser ou não ser latino-americano" in **Mota, Carlos Guilherme (org.) - Viagem incompleta. A grande transação: A experiência brasileira**. São Paulo, Editora SENAC, 2000.

CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario (orgs.). História do Cone Sul. **Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 1998**.

COCKCROFT, James D.. **América Latina y Estados Unidos**. México: Siglo XXI, 2001.

FLORES Galindo, Alberto (org.). Independencia y revolución. **Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987**.

FONER, Eric. Politics and ideology in the age of the Civil War. **Londres: Oxford University Press, 1981.**

GUERRA, François Xavier. Modernidad e independencia. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. **México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.**

HAMILTON, Alexander, JAY, John & MADISON, James. O Federalista. **Brasília, UnB, s.d.**

HUGUENEY F., C. & CARDIM, C. H. (org.) **Grupo de Reflexão Prospectiva sobre o MERCOSUL.** Ministério das Relações Exteriores, IPRI/FUNAG, Brasília, 2002.

JOSEPH, Gil, LEGRAND, Catherine, SALVATORE, Ricardo (orgs.). Close encounters of empire. Writing the cultural history of U.S. - Latin American relations. **Durham: Duke University Press, 1998.**

MARIENTRAS, Elise. Les mythes fondateurs de la nation americaine. **Bruxelas: Complexe, 1992.**

MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões. **Relações internacionais durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. (org.). A América Latina e a política mundial. Uma perspectiva latino-americana das relações internacionais. **São Paulo: Convívio, 1986.**

PAINE, Thomas. O senso-comum e a crise. **Brasília: UnB, 1982.**

PALÁCIOS, Marcos (org.). La unidad nacional em América Latina Del regionalismo a la nacionalidad. **México: El Colégio de México, 1983.**

PECEQUILO, Cristina. **A política externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

PIO, C. Economia Política e Globalização. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2002.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX" in Mota, Carlos Guilherme (org.) - **Viagem incompleta. A grande transação: A experiência brasileira,** São Paulo, Editora SENAC, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. O Extremo - Ocidente. Uma introdução à América Latina. **São Paulo: EDUSP, 1991.**

SLOTKIN, Richard. Regeneration through violence. The mythology of the American frontier (1600 - 1890). **Nova York: Harper Perennial, 1996.**

SOLER, Ricaurte. Idea y cuestión nacional latinoamericanas. **México: Siglo XXI, 1980.**

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. **Brasília: UnB, s.d.**

VILLEGAS, Abelardo. Reformismo y revolución en el pensamiento latinoamericano. **México: Siglo XXI, 1986.**

WEINBERG, Albert. Destino manifiesto. El expansionismo nacionalista em la historia norte americana. **Buenos Aires: Paidós, 1968.**

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Teoria e prática dos processos de integração regional; variedades de regionalismo; determinantes e características do regionalismo contemporâneo; estudos específicos de blocos regionais.

Bibliografia Básica

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, Regionalização e Soberania.** São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2004.

CALDAS, R., ERNST, Christoph. **Alca, Apec, Nafta e União Européia: cenários para o Mercosul no século XXI.** São Paulo: Lumesn & Júris, 2003.

MENEZES, A. M. e PENNA FILHO, P., Integração Regional. **Os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização. As Conseqüências Humanas.** Zahar, Rio, 1999.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

HUGUENEY F., C. & CARDIM, C. H. (org.) **Grupo de Reflexão Prospectiva sobre o MERCOSUL**. Ministério das Relações Exteriores, IPRI/FUNAG, Brasília, 2002.

JAMESON, Fredric. **A Cultura do Dinheiro. Ensaios sobre a Globalização**. Vozes, Rio, 2001.

PIO, C. **Economia Política e Globalização**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2002.

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS

Análise da natureza e significado das organizações políticas e de segurança no funcionamento do sistema internacional; sua origem, evolução histórica, aspectos operacionais e processos decisórios; as perspectivas atuais.

Bibliografia Básica

SEITENFUS, R. **Manual de Organizações Internacionais**. Porto Alegre : Editora Livraria do Advogado, 1997.

OLIVEIRA, O. M. de, **Relações Internacionais: estudos e introdução**. Curitiba: Jurídica, 2003.

HOFFMAN, A., HERZ, M. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar

LARRAÑAGA, F. A. **Organismos Internacionais de Comércio**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

CAMPOS, J. M. **Organizações Internacionais. Teoria Geral**. São Paulo: Jurua, 2008.

NOGUEIRA, J. P., MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JACKSON, R., SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

VILLA, Rafael Duarte (Org.). **Teórico Das Relações Internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2012

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais** - Col. Temas Essenciais

Em R.i. - Vol. 2 – São Paulo: Saraiva, 2013

MINGST, K. **Princípios de relações internacionais**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

SOCIOLOGIA DA AMÉRICA LATINA

As diferentes matrizes teóricas do pensamento sociológico contemporâneo na América Latina, pontuando temas, problemas e processos sociais.

Bibliografia Básica

HABERMAS, Jürgen. **A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito**

In: A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

LOWY, Michael, e BETTO, Frei. **Valores de uma nova civilização** In: O Espírito de

Porto Alegre, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1975.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Joaquim Leonel Rezende. **Reorganização de Direitos e Espaços Públicos: o modelo da cidadania europeia como possibilidade de ampliação da cidadania no contexto da globalização** In: Direito e Cidadania na Pós-Modernidade. Piracicaba: Ed. Unimep.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização. As Conseqüências Humanas**. Zahar, Rio, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

CITADINO, Gisele. **Direito, Pluralismo e Justiça Distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. **Cidadania, Direito e Modernidade** In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje. Brasília: Ed. UNB, s.d.

DUMONT, Louis. Gênese, II In: **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

JAMESON, Fredric. **A Cultura do Dinheiro. Ensaios sobre a Globalização**. Vozes, Rio, 2001.

KONDER, Rodolfo. **Liberdade de Expressão. Trevas e Luzes. A Anistia Internacional** In: PINSKY, Jaime et al, op.cit. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Miguel Darcy et al. **A emergência de uma sociedade civil global** In: Cidadãos. Construindo a Sociedade Civil Planetária. Washington (USA): CIVICUS 1995.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RAMOS, André Carvalho. **A jurisdição internacional dos direitos humanos: Corte Européia de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In: Direitos humanos em juízo. São Paulo: Max Limonad, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa/Ômega, 1984.

SANTOS, Boaventura Souza. **“Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”**. In: HELLER, Agnes et alii A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SCLIAR, Moacir. O Nascimento de um Cidadão In: PINSKY, Jaime et al, **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade.** Cia. Das Letras, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. **Participação Política e Sociedade Civil** In: O Local e o Global. Limites e desafios da participação cidadã. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Terceira Parte. **A Cultura Democrática** In: O Que é a Democracia? Rio de Janeiro: Ed. Vozes, s.d.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania.** Rio de Janeiro: Ed. Record, s.d.

INGLÊS INSTRUMENTAL

Compreender textos em língua inglesa, em especial textos relacionados ao comércio exterior. Transferir para a Língua Inglesa as estratégias utilizadas para a compreensão de textos em língua nativa. Utilizar eficientemente estratégias de leitura, conhecimento gramatical e lexical para compreensão de textos em língua inglesa, em especial relacionados ao comércio exterior nos níveis de compreensão geral e compreensão de pontos principais.

Bibliografia Básica

Password English Dictionary for Speakers of Portuguese. New Edition. Campinas: Editora Martins Fontes, 2000.

TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa: o Inglês descomplicado.** São Paulo: Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar

ASHLEY, A.. **A Handbook of Commercial Correspondence.** New York: Oxford University Press, 1999.

CATUREGLI, Maria Genny. **Dicionário Inglês-Português: Turismo, Hotelaria e Comércio Exterior.** Aleph Publicações, 1999.

MacMillan English Dictionary (livro e CD-Rom), 2002.

MURPHY, R.. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Speak Up Magazines, São Paulo: Editora Globo.

SÉTIMO SEMESTRE

CONFLITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Análise das guerras e dos conflitos na configuração dos Estados: do século XVII ao século XX. As guerras convencionais, as armas nucleares e as novas formas de conflitos no mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

BRENNER, Jayme e CAMARGO C.. **Guerra e Paz no Oriente Médio**. São Paulo: Contexto, 1995.

SARAIVA, José Flávio (org.). **Relações Internacionais - dois séculos de história**, vol I: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IPRI, 2001.

VILLA, Rafael Antonio. **A Segurança global multidimensional**. São Paulo: Editora Annablume/Fapesp, 1999.

Bibliografia Complementar

KISSINGER, H. A. **O Mundo Restaurado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

LUARD, E. **Conflict and Peace in the Modern International System**. Basingstoke: Macmillan Press, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Moderna, 1996.

MARINI, Ruy Muro. **A. latina, independência e integração**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1992.

ORWELL, George. **The War Broadcasts**, London: Penguin, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida**. Ed. FPA, 1997.

SARAIVA, José Flávio. "**Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968)**" in SARAIVA, José Flávio S. **Relações Internacionais - dois séculos de**

história, vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.

WEFFORT, Francisco. **Clássicos da Política**, São Paulo: Ática, 1995.

TRABALHO E SOCIEDADE

Analisar as mudanças no trabalho no mundo contemporâneo e seus desdobramentos quanto à gestão do tempo social, às propostas institucionais de geração de emprego e renda e aos movimentos sociais.

Bibliografia Básica

FRAGALE FILHO, Roberto. **Cidadania & Trabalho: fios de uma mesma fibra, constitucional?**. Rio de Janeiro, 2003.

FRENCH, John D.. **Afogados em Leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

Bibliografia Complementar

CAMARGO, José Márcio. "**Reforma da legislação trabalhista**". in: Cadernos Adenauer III, número 2 (Sindicalismo e relações trabalhistas). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

CARDOSO, Adalberto Moreira. "**Direito do trabalho e relações de classe no Brasil contemporâneo**". in: Vianna, Luiz Werneck (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: Editora Ufmg e Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM, 2002.

COHN, Amélia. "**A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania**". in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

FARIA, José Eduardo. **Os novos desafios da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, s.d.

JIMÉNEZ, Félix. "**Liberalización, reestructuración productiva y competitividad en la industria peruana de los años 90**". in: I Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (Anales). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Fundación Joaquín Nabuco, 1999.

MCILROY, John . "**Os sindicatos e o Estado**". in: Araújo, Ângela. Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, Márcio e MORETTO, Amilton . "**Reforma trabalhista: a experiência internacional e o caso brasileiro**". in: Cadernos Adenauer III, número 2 (Sindicalismo e relações trabalhistas). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. "**Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**". in: Santos, Theotônio dos (org.). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Liberdade sindical e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Trabalho e Natureza na Grécia antiga. São Paulo: EDUSP, 1973.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt & Karl Marx. O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

CULTURA CONTEMPORÂNEA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

Unidade e diversidade da cultura moderna; o confronto e a interação entre as realidades culturais particulares e o processo de uniformização cultural gerado pela integração global

proporcionada pelos processos de comunicação em expansão; a particularidade cultural dos referenciais globalizados.

Bibliografia Básica

BALMAN, Z. **Globalização: As Conseqüências Humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MORRIN, E.. **Saberes Globais e Saberes Locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Bibliografia Complementar

GARCIA CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Culturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós- Modernidade**. Tradução Tomaz T. da Silva & Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: Ed. DP&A , 1997.

IANNI, O.. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GIDDENS, A e TURNER, J. (orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

SACHS, I.. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond , 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para sair e entrar da Modernidade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SANTOS, M.. **Território e Sociedade**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOURAINE, A.. **Poderemos viver juntos?** Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

OITAVO SEMESTRE

ÉTICA E CULTURA NUM MUNDO GLOBALIZADO

As questões suscitadas pelo imbricamento de diferentes culturas e sistemas de valores no mundo globalizado

Bibliografia Básica

BAUMHART, R.. **Ética nos Negócios**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

ANTUNES, R.. **Éthos mundial: um consenso entre os humanos**. Brasília: Letraviva, 2000.

Bibliografia Complementar

LODI, J.B.. **Éticas nas Empresas**. São Paulo: Makron Books do Brasil.

SÁ. Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo: Atlas, 2005.

AGENDA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA: AS ABORDAGENS SOCIOLOGICAS

Avaliação das formas pelas quais a comunidade internacional vem enfrentando os principais problemas contemporâneos tais como: segurança alimentar, desequilíbrio ambiental, direitos humanos, etc..

Bibliografia Básica

ARRIGUI, Giovanni e BERVERLY J. Silver. **Caos e governabilidade no moderno**

sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UFRJ, 2001.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

HIRST, Paule & THOMPSON, Graham. **Globalização em questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **Os sistemas internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 1982.

LAFER, Celso e FONSECA, Gelson Jr. **"Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas"**. In: Gelson Fonseca Júnior e Sérgio Henrique Nabuco de Castro (orgs.) **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

VILLA, Rafael Antonio. **A Segurança global multidimensional**. São Paulo: Editora Annablume/Fapesp, 1999.

FONSECA, Gelson Junior. **"Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos polos de poder e a inserção internacional do Brasil"**. In: : Gelson Fonseca Júnior e Sérgio

Henrique Nabuco de Castro (Orgs.) **Temas de Política Externa Brasileira II. Vol. 1.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto. **"Democracia y sistema internacional"**. In: Norberto Bobbio: el filósofo y la política. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Relações Internacionais e sua construção jurídica. A Alca e os blocos regionais.** Vol. 2. São Paulo: FTD, s.d.

HIRST, Paul e GRAHAME Thompson. **Globalização em questão.** 2a edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

THORSTENSEN, Vera. **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio.** São Paulo, Aduaneiras., 1999.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais.** Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRS, 1999. .

PINHEIROS, Guimarães. **Quinhentos anos de periferia.** Porto Alegre, Editora da Universidade de UFRS, 1999.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

POLÍTICAS SOCIAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Análise do impacto das políticas sociais (nos níveis político-institucional, técnico, financeiro e operacional) implementadas por agências supranacionais e nacionais em várias regiões do mundo.

Bibliografia Básica

HARVEY, D.. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, s. d.

PRZEWORSKI, A.. **Capitalismo e social democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Bibliografia Complementar

DRAIBE, S., **A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma,** in DINIZ, E. e AZEVEDO, S., Reforma do Estado e democracia no Brasil, ENAP/Unb, Brasília, 1997.

LENHART, G. E OFFE, C..**"Teoria do Estado e Política Social. Tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores**

da política social" In: OFFE, C. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARSHALL, T. H.. **Política Social**. Rio de Janeiro. Zahar, 1965.

PEREIRA, L. e GRAU, C. (orgs). **As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro**. São Paulo: FGV, 1998

SANTOS, W. G.. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SCKOCPOL, T.. "**State formation and social policy in the U.S.A**". In: Social policy in the United States. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ANEXO II - Regulamento de Estágio

REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

Das Disposições Legais

Art.1º - O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art.2º - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino. Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições para a realização das atividades. A instituição poderá recorrer aos serviços de agentes de integração, públicos e privados entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

CAPÍTULO II

Da Definição e Finalidades do Estágio Supervisionado

Art.3º - O Estágio Supervisionado define-se como um processo de aprendizagem profissional que:

- I - Integra o conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula à prática profissional, e estimula o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em situações reais de vida e trabalho;
- II - Propicia ao aluno a aquisição de experiência profissional específica visando sua inserção eficaz no mercado de trabalho;
- III - É desenvolvido fora da sala de aula;
- IV - Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado tem como finalidade instrumentalizar o aluno para a iniciação profissional, enfatizando o caráter técnico, social, cultural e atitudinal da profissão, preferencialmente através da sua inserção direta no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

Do Local de Realização do Estágio Supervisionado

Art. 5º - O Estágio Supervisionado será realizado junto à comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, compatível com o futuro exercício profissional do aluno e mediante a existência de instrumento jurídico firmado entre a Faculdade e as instituições concedentes, sob responsabilidade e coordenação da primeira.

§ 1º - Serão priorizadas as instituições que:

- a) Oferecem seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários;

b) Oferecem condições para a realização do estágio de modo que não comprometa o rendimento do aluno no curso.

§ 2º - Caso a Unidade Concedente não disponha de Seguro de Acidentes Pessoais em favor dos estagiários, fica a critério da Faculdade a decisão de contratá-lo, de acordo com a legislação em vigor.

§ 3º - A realização do Estágio Supervisionado em instituições em que os alunos apresentam vínculo empregatício ou das quais são sócios ou proprietários é possível, desde que seja firmado convênio entre estas e a Faculdade. Nestes casos, os alunos devem dedicar carga horária específica para as atividades de estágio, as quais serão orientadas e acompanhadas pela Faculdade.

CAPÍTULO IV

Da Obrigatoriedade do Estágio Supervisionado

Art. 6º - O estágio curricular é obrigatório, importante e necessário para a complementação do processo ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. Não haverá, a qualquer título ou pretexto, dispensa de estágio curricular, pelo seu caráter de componente obrigatório para a integralização do curso e com o qual mantém absoluta e peculiar adequação.

CAPÍTULO V

Dos Objetivos do Estágio Supervisionado

Art. 7º - O Estágio Supervisionado tem por objetivos:

I - Proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional efetiva, criando a possibilidade de exercitar suas habilidades;

II - Proporcionar ao aluno a oportunidade de integrar-se ao campo profissional, ampliando sua formação teórica, prática, e interdisciplinar;

III - Proporcionar ao aluno a oportunidade de participar de atividades extraclasse nas quais possa aprimorar a sua capacitação profissional;

IV - Favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, como cidadão e profissional consciente;

V - Possibilitar a atuação profissional do aluno e a reflexão sobre a mesma, permitindo-lhe construir e repensar sua práxis numa experiência significativa;

VI - Buscar a integração das instituições de ensino às organizações profissionais, sociais e culturais ligadas à área de formação do corpo discente;

VII - Possibilitar a aproximação dos conhecimentos acadêmicos às práticas pedagógicas.

CAPÍTULO VI

Da Supervisão de Estágio

Art. 8º - A Supervisão de Estágio tem por atribuição estabelecer as diretrizes e orientações para desenvolvimento e avaliação do Estágio Curricular no Curso de Graduação, bem como deliberar sobre questões concernentes ao mesmo. A Supervisão é constituída por:

I - Supervisor de Estágio, que é o próprio Coordenador do Curso, supervisor nato de toda atividade de estágio no âmbito de sua Coordenação;

II - Encarregado do Núcleo de Prática Profissional (quando constituído), que é responsável pela Coordenação de Estágio. Deve pertencer ao quadro de docentes da Faculdade e ser profissional experiente na área do curso;

III - Professor Orientador de Estágio, que deve pertencer ao quadro de docentes da Instituição.

CAPÍTULO VII

Duração do Estágio Supervisionado

Art. 9º - O semestre a se iniciar o Estágio Supervisionado é previsto no currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 10 - Para iniciar o Estágio Supervisionado, o aluno deverá fazer um requerimento endereçado à Secretaria Geral, acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

I - Ficha de inscrição;

II - Plano Inicial de Estágio, constando as atividades que pretende desenvolver na Instituição Concedente.

Art. 11 - O Estágio Supervisionado se inicia a partir do momento em que a Supervisão de Estágio der o parecer favorável ao aluno.

Art.12 - Cada estágio deverá realizar-se durante o período de, no mínimo, um semestre acadêmico, em conformidade com o currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 13 - A duração do estágio supervisionado é definida na estrutura curricular de cada curso, atendendo a carga horária mínima exigida pelas diretrizes curriculares editadas pelo MEC.

Parágrafo único - É obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio Supervisionado, como consta no currículo pleno do Curso, na qual são incluídas as horas destinadas ao planejamento, prática profissional orientada, avaliação de atividades e planos de estágio, fracionada em jornadas compatíveis com os horários de aula.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação do Estágio Supervisionado

Art.14 - A avaliação será feita através de relatórios de atividades e supervisão do Orientador de Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição.

§ 1º - Ao final do processo, cabe ao Orientador de Estágio, a menção de Suficiente ou Insuficiente.

§ 2º - Se considerado insuficiente, sujeitar-se-á o aluno à repetição do estágio ou de parte dele, a critério da Supervisão de Estágio.

CAPÍTULO IX

Das Atribuições, Responsabilidades e Competências do Coordenador de Estágio.

Art. 15 - Compete ao Coordenador de Estágio:

I - Interceder junto ao Colegiado de Curso quanto à definição dos campos de atuação e dos Orientadores de Estágio;

II - Elaborar o Plano de Estágio com a Coordenação do Curso;

III - Executar a política de estágio em consonância com a Coordenação do Curso e a Diretoria Acadêmica;

-
- IV - Estabelecer contato e visitas às instituições conveniadas com vistas a selecionar aquelas que atendem às condições estabelecidas neste Regulamento;
- V - Captar convênios, estabelecendo um sistema de parceria com instituições de ensino e entidades de direito privado, através de credenciamentos periódicos;
- VI - Encaminhar termos para convênios com empresas concedentes;
- VII - Manter arquivo atualizado de oportunidades de estágio;
- VIII - Organizar planilha de reserva para estágio futuro de alunos;
- IX - Atuar na vinculação do estagiário com o campo de estágio, encaminhando-o através de carta de apresentação, constando o semestre que está cursando, endereço e experiências anteriores relacionadas à área de estágio (curriculares e extracurriculares);
- X - Fazer o acompanhamento do desenvolvimento do estágio, através da análise de relatórios apresentados pelos alunos e pelos professores orientadores de estágio;
- XI - Promover reunião com alunos orientandos e professores orientadores quando se fizer necessário;
- XII - Assinar com os Orientadores de Estágio o mapa de resultados dos alunos;
- XIII - Promover atividades de integração da Instituição com os campos de estágio (workshops, palestras, etc.)

CAPÍTULO X

Das Atribuições do Orientador de Estágio

Art.16 - O professor responsável pela Orientação do Estágio deverá ter formação acadêmica na área específica do estágio, sendo que a ele compete:

- I - Orientar, acompanhar e avaliar os alunos no exercício da prática profissional, interagindo com a Instituição Concedente para acompanhamento do estagiário;
- II - Anotar no diário de classe e publicar os resultados da avaliação de desempenho dos alunos estagiários na ficha dos mesmos na Secretaria Geral;
- III - Orientar os alunos nas questões relacionadas à metodologia, procedimentos, referências bibliográficas, forma e conteúdo do Plano de Estágio definitivo e dos relatórios de estágio;
- IV - Ter horário fixo de atendimento ao aluno de, pelo menos, uma a duas horas por semana.

CAPÍTULO XI

Dos Deveres e Competências do Estagiário

Art. 17 - Compete aos alunos inscritos no Estágio Supervisionado:

- I - Conhecer a legislação específica do Estágio Supervisionado;
- II - Comparecer ao local do estágio nos dias e horários pré-estabelecidos;
- III - Respeitar os prazos e as datas de entrega dos relatórios para o Orientador de Estágio;
- IV - Participar dos encontros semanais com o Orientador de Estágio no dia e horário previamente definidos, para que o mesmo possa desenvolver as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio.

CAPÍTULO XII

Do Afastamento, Interrupção e/ou Desligamento

Art.18 - O aluno estagiário poderá solicitar afastamento ou interrupção do estágio nos seguintes casos:

I - Comprometimento da saúde física e/ou mental devidamente comprovado por relatório médico;

II - Licença maternidade, paternidade e casamento.

Art. 19 - O aluno estagiário poderá ser desligado do estágio, pela Comissão de Supervisão de Estágio e/ou pela Instituição Concedente, por:

I - Indisciplina;

II - Baixo desempenho, desinteresse, incompatibilidades.

CAPÍTULO XII

Da Conclusão do Estágio Supervisionado

Art. 20 - O aluno concluirá o Estágio Supervisionado após parecer de aprovação emitido pelo Orientador de Estágio, observando-se o aproveitamento mínimo na forma regimental.

Art. 21 - O aluno só poderá colar grau e receber o diploma de se for aprovado no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO XIV

Disposições Finais

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral e/ou Colegiado de Curso, cabendo recuso ao Conselho Superior da Instituição de Ensino.

Art. 23 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho DE Ensino Pesquisa e Extensão da FADITU.

ANEXO III – Regulamento de Atividades Complementares

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º As Atividades Complementares previstas nos Cursos de Graduação da Faculdade são obrigatórias e categorizam-se em três grupos: 1 - Atividades de Ensino; 2 - Atividades de Extensão; 3 - Atividades de Pesquisa.

Parágrafo único. Os alunos, obrigatoriamente, deverão distribuir a carga horária das atividades complementares em, pelo menos, dois dos grupos acima indicados.

Art. 2º As Atividades Complementares terão carga horária global prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Instituição, devendo ser cumpridas durante sua integralização.

Art. 3º As Atividades de Ensino, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- a) disciplinas e/ou cursos oferecidas pela própria Faculdade, mas não previstas no Currículo Pleno do Curso;
- b) cursos e/ou disciplinas realizados em outras instituições, desde que com anuência prévia da Coordenação do Curso;
- c) monitoria em disciplina vinculada a área do respectivo Curso.

Art. 4º As Atividades de Extensão, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, dividem-se em:

- a) participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares;
- b) estágios extracurriculares;
- c) participação em ações de extensão patrocinada pela Instituição de Ensino;
- d) participações em audiências, limitados a 20 h.

Art. 5º As Atividades de Pesquisa, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- a) iniciação científica;
- b) trabalhos publicados em periódicos, com tema vinculado à área do Curso, até 40 horas para cada um.

Art. 6º As Atividades Complementares serão supervisionadas pela Coordenação do Curso ou por órgão especialmente criado pela faculdade, ao qual caberá:

- a) estabelecer e divulgar, com a anuência do Colegiado do Curso, o Plano de Atividades Complementares a ser desenvolvido anualmente pela Faculdade;
- b) exigir certificado de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho e outros documentos vinculados às referidas atividades;
- d) analisar o documento apresentado pelo aluno para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerá-lo suficiente, rubricá-lo e encaminhá-lo à Secretaria Geral para registro na Ficha do Aluno.

§ 1º Os documentos comprobatórios das atividades Complementares depois de rubricados pelo Coordenador e encaminhados para registro na Ficha do Aluno, permanecerão em sua Pasta para posterior expedição de Diploma.

§ 2º A Coordenação abrirá prazo de um mês ao final de cada semestre letivo, para recebimento das solicitações de aproveitamento das Atividades Complementares, devendo publicar sua decisão na primeira semana do semestre subsequente.

Art. 7º Os casos omissos, assim como os recursos interpostos, serão apreciados pelo Colegiado do Curso, cabendo recuso ao CEPE da FADITU.

ANEXO IV – REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGUALMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso para os estudantes matriculados no curso de graduação Bacharelado em Relações Internacionais da FADITU.

Art. 1º. O presente documento consiste em normativa que disciplina a realização do Trabalho de Conclusão de Curso aos alunos matriculados no curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório constituinte de pesquisa científica, sob a forma de monografia, que deve ser elaborado pelos formandos do curso proposto, em caráter opcional, e orientado por professor de sua escolha.

Parágrafo Único. Os alunos matriculados no 8º semestre do Curso poderão apresentar ao professor orientador de sua escolha, projeto de pesquisa a ser desenvolvido no 7º e 8º semestres.

Art. 3º. São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- a) estimular a prática da pesquisa universitária, levando o educando à construção do conhecimento;
- b) estimular a produção científica, a prática da consulta bibliográfica especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica;
- c) levar o formando a demonstrar o grau de habilitação adquirido.

Art. 3º. São atribuições do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso:

- a) administrar e supervisionar, de forma global, a elaboração dos trabalhos monográficos, de acordo com este Regulamento;

-
- b) proporcionar, com a ajuda dos professores escolhidos pelos alunos em fase de iniciação do projeto de monografia, orientação básica para os mesmos;
 - c) receber o projeto de monografia avaliado pelo Professor Orientador, acompanhado do seu parecer de admissibilidade;
 - d) elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de freqüência e de avaliação parcial de atividades dos alunos em fase de elaboração de pesquisa;
 - e) exigir, dos Professores Orientadores, a entrega mensal de relatórios parciais de aproveitamento e de freqüência dos seus orientandos, em data a ser estabelecida pela coordenação;
 - f) reunir-se, a cada 03 (três) meses, com os Professores Orientadores dos TCC;
 - g) manter um arquivo atualizado com os projetos de monografia em andamento e com aqueles já aprovados por banca examinadora;
 - h) estabelecer o calendário de defesas do TCC e divulgar as respectivas bancas examinadoras.

Art. 4º. É Competência do Professor Orientador:

- a) frequentar as reuniões trimestrais e, excepcionalmente, extraordinárias, convocadas pelo Coordenador do TCC;
- b) fazer a avaliação do projeto apresentado pelo aluno, acompanhando-o de um parecer de admissibilidade, e enviando-o em seguida à coordenação do TCC;
- c) reunir-se quinzenalmente com os seus orientandos de TCC;
- d) avaliar as atividades dos seus orientandos, sob a forma de relatórios parciais, os quais deverão ser entregues, juntamente com a ficha de freqüência destes últimos, à coordenação do TCC;
- e) declarar apto à apresentação do TCC perante banca examinadora, aquele aluno que alcançar média 05 (cinco) nos relatórios parciais e 75% de freqüência nos encontros de orientação;
- f) presidir a defesa pública da monografia do seu orientando;
- g) participar da elaboração da ata final de defesa pública de monografias, juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Art. 5º. A monografia deve seguir formalmente os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT sobre documentação, no que for aplicável. Em termos de seu

conteúdo, a monografia deve ter o seu tema vinculado ao curso, inserindo-se nas áreas de conhecimento constantes das disciplinas do currículo pleno do mesmo.

Art. 6º. As sessões de defesa das monografias são públicas e as bancas examinadoras são compostas pelo professor orientador da pesquisa na qualidade de presidente, e por dois professores escolhidos por ele.

Art. 7º. Os membros das bancas examinadoras, a partir da data de sua designação, devem proceder à leitura das monografias que deverão ser apresentadas com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 8º. Encerrada a etapa da arguição, são atribuídas as notas individuais por examinador, considerando-se o texto escrito, a exposição e a defesa oral na arguição feita pelo aluno. As notas dos examinadores são atribuídas em fichas de avaliação individual para cada item a ser considerado, segundo critérios a serem previamente estabelecidos. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 05 (cinco), na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da comissão examinadora.

Art. 9º. O aluno que não obtiver a média 05 (cinco) será reprovado, devendo refazer a monografia mediante orientação e requerer nova defesa.

ANEXO V - Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Nome	Titulação
Denise Lícia Boni de Oliveira	Mestre
Josefina Tranquilin	Doutora
José Roberto Cunha Junior	Doutor
Luiz Eduardo Almeida	Mestre
Maria Luiza Buffo	Mestre

ANEXO VI - Quadro do Corpo Docente

Corpo Docente (Relações Internacionais)

DOCENTE	Membro do NDE SIM/NÃO	TITULAÇÃO	Tempo de Experiência Profissional	Tempo de Docência no Ensino Superior	Reg de Trabalho (Integral, Parcial ou Horista)	Carga horária total na IES	Carga horária no curso	Número de publicações nos últimos três anos
Adilson Rocha CPF 122.737.808-42 Introdução à Economia;		Doutor	17 anos	13 anos	INTEGRAL	4	2	Artigos publicados em periódicos científicos na área (01) / Artigos publicados em periódicos científicos em outras

								areas (01) / Trabalh os publicad os em anais (comple tos) (01) / Traduçõ es de livros, capítulo s de livros ou artigos publicad os (04)
Clóvis Luiz Alonso Júnior CPF 14.951.7108 -62 Linguagem; Comunicaçã o e Sociedade I; Linguagem; Comunicaçã o e Sociedade II;		Mestre	15 anos	05 anos	PARCI AL	12	2	-
Denise Lícia Boni de Oliveira CPF 309.829.588 -03 Introdução à Sociologia; Relações Internaciona is Contemporâ	SIM	Mestre	08 anos	06 anos	INTEG RAL	40	16	01

neas; Organizações Políticas Internacionais; História Diplomática do Brasil;								
Iagê Z. Miola CPF 011.229.880-01 Direito Internacional Público; Política e Soberania		Doutor em Direito pela Università degli Studi di Milano – 2014	Pesquisador desde 2009	Início: 2014/2	HORISTA	12	6	3
José Maria Guzman Ferraz CPF 821.274.418-34 Geografia do Mundo Contemporâneo I; Geografia do Mundo Contemporâneo II; Geopolítica;		Pós-doutor	35 anos	15 anos	Horista	12	12	4
José Roberto Cunha Junior CPF Economia Internacional I; Economia Internacional II;	SIM	Doutor				12	8	

Josefina Tranquilin CPF 056.889.538 -0 Introdução à Antropologia; Etnia e Nacionalidade no Mundo Contemporâneo;	SIM	Doutora, fazendo pós doutorado		21 anos	Parcial	12	8	
Katiuscia Moreno Galhera CPF 330.413.538 -30 Introdução às Relações Internacionais; Teoria das Relações Internacionais I; Política Comparada;		Mestre e doutoranda	10 anos, sendo 3 deles com docência e 2 deles com docência no ensino superior	2	Horista	12	12	14
Luiz Eduardo Almeida CPF 223.694.878 -60 Filosofia; Teoria Geral do Direito;	SIM	Mestre	08 anos	4 anos e 6 meses	PARCIAL	16	4	7
Maria Luisa Buffo CPF 134.666.408 -06 Estado, Regimes e Formas de	SIM	MESTRE	1967 em diante (47 anos)	1987 em diante (27 anos)	PARCIAL	24	4	

Governo;								
Viviane Alves de Morais CPF 314.121.788-27 História das Relações Internacionais na Modernidade; História das Relações Internacionais Contemporâneas; História da América;		Mestre	10 anos	6 meses	Horista	8	8	2